

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, UNICENTRO

SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, SESA

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, DECON

ANA LOURENA DOS SANTOS RIBAS

**DESIGUALDADE DE GÊNERO E MIGRAÇÃO FEMININA NO CAMPO: desafios e
estratégias de resistência na agricultura familiar**

**Guarapuava/PR
2025**

ANA LOURENA DOS SANTOS RIBAS

DESIGUALDADE DE GÊNERO E MIGRAÇÃO FEMININA NO CAMPO: desafios e estratégias de resistência na agricultura familiar

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Centro Oeste, UNICENTRO, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel, sob orientação do Prof.: Dr. Simão Ternoski

**Guarapuava/PR
2025**

ANA LOURENA DOS SANTOS RIBAS

DESIGUALDADE DE GÊNERO E MIGRAÇÃO FEMININA NO CAMPO: desafios e estratégias de resistência na agricultura familiar

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Simão Ternoski
Orientador

Prof.^a Dra. Zoraide da Fonseca Costa
Avaliadora

Prof. Dr. Marcio Marconato
Avaliador

Aprovado em: 14/11/2025

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, pela presença constante nas minhas jornadas, pela força nos dias difíceis e pela serenidade para seguir acreditando nos meus propósitos.

À minha família, por ser a base de tudo. Aos meus pais, pelo amor incondicional, pelos exemplos de trabalho e pela fé depositada em mim, mesmo quando o caminho parecia incerto. Aos meus irmãos e demais familiares, pela compreensão nas ausências e pelo incentivo silencioso que tantas vezes me sustentou.

Registro minha especial gratidão ao meu orientador, Prof. Dr. Simão Ternoski, não apenas pela confiança e pela condução rigorosa e paciente desta pesquisa, mas também pelo incentivo constante à reflexão crítica. Seu apoio foi fundamental para a construção deste trabalho.

Agradeço também às mulheres entrevistadas, que com coragem compartilharam suas histórias de vida, e me permitiram compreender que a resistência feminina no campo não está apenas nas palavras, mas na força cotidiana de quem planta, cria, cuida e transforma. Suas narrativas são a essência e a força motriz desta monografia, e a elas dedico todo o reconhecimento e visibilidade que merecem.

Aos colegas de curso, por cada conversa, risada e troca de aprendizado, o caminho da pesquisa se fez mais leve com vocês.

E, por fim, a todos que, de alguma forma, contribuíram para que este trabalho fosse possível, deixo o meu sincero muito obrigada.

*“A percepção humana é assustadoramente limitada; acreditamos estar vendo o todo, quando na verdade só vemos uma fração.”
(Empédocles)*

LISTA DE SIGLAS E SÍMBOLOS

AC - Análise de Conteúdo

AD - Análise do Discurso

COMMODITIES - matérias-primas básicas, como grãos, minerais e petróleo;

Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária;

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

INSIGHTS - compreensão ou percepção de uma causa dentro de um contexto específico;

KNOW-HOW - habilidade adquirida pela experiência;

PCM - Produção Capitalista de Mercadorias;

PD - Produção Doméstica;

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios;

PPM - Pequena Produção Mercantil;

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar;

PSM - Produção Simples de Mercadorias;

STATUS - refere-se ao prestígio social ou a posição que uma pessoa ocupa na sociedade;

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Distribuição por sexo no total ocupados	41
Gráfico 2 – Percentual de pessoas ocupadas com vínculo com o produtor.....	43
Gráfico 3 – Composição do trabalho sem laço de parentesco com o chefe do estabelecimento	44
Gráfico 4 – Participação de menores de 14 anos, por sexo	45
Quadro 1 – Distribuição dos estabelecimentos agropecuários por gênero e faixa etária dos produtores	31
Quadro 2 – Comparativo dos perfis das entrevistadas.....	37

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários, por sexo e faixa etária	41
Tabela 2 – Pessoal ocupado segundo vínculo com o produtor e tipo de contrato	42

RESUMO

A presente pesquisa tem como objeto investigar a relação entre a desigualdade de gênero, desvalorização e invisibilidade do trabalho feminino na agricultura familiar e sua influência sobre a emigração das mulheres em busca de autonomia e melhores oportunidades. Questiona-se: a desigualdade de gênero na agricultura familiar influencia a emigração feminina em busca de autonomia, reconhecimento do trabalho e melhores oportunidades? E, quais estratégias de empoderamento e resistência as mulheres adotam para enfrentar os desafios associados à emigração rural? Pressupõe como hipótese, que mulheres agricultoras, em cenários de desvalorização, invisibilidade de seu trabalho e disparidades de gênero na agricultura familiar, são mais propensas a emigração como estratégia para alcançar independência, reconhecimento e melhores oportunidades. Metodologicamente adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, utilizando a metodologia de História Oral de Vida e Análise do Discurso (AD) para analisar as trajetórias de três mulheres rurais dos municípios de Goioxim, Guarapuava e Foz do Jordão, no Paraná. Os resultados permitem observar nas narrativas das entrevistadas a persistência da invisibilidade do trabalho feminino no campo, sendo classificado como "ajuda" e excluído da esfera decisória e financeira. A emigração, o retorno ao campo com maior autonomia administrativa, ou a busca por rendas não agrícolas nos espaços urbanos, emergem como estratégias de resistência contra a desvalorização. Conclui-se que a permanência feminina no campo é um ato político de "reexistência", construído através de redes de apoio e da busca contínua por reconhecimento, autonomia e justiça social, reconfigurando o sentido do trabalho e da vida rural.

Palavras-chave: desigualdade de gênero; migração feminina; e agricultura familiar.

ABSTRACT

The present research aims to investigate the relationship between gender inequality, devaluation, and invisibility of female labor in family farming and its influence on women's emigration in search of autonomy and better opportunities. The guiding question is: does gender inequality in family farming influence female emigration in search of autonomy, work recognition, and better opportunities, and what empowerment and resistance strategies do women adopt to face the challenges associated with rural emigration? The central hypothesis assumes that female farmers, in scenarios of work devaluation, invisibility, and gender disparities in family farming, are more prone to emigration as a strategy to achieve independence, recognition, and better opportunities. Methodologically, a qualitative approach is adopted, exploratory and descriptive in nature, utilizing the Oral Life History methodology and Discourse Analysis (DA) to analyze the trajectories of three rural women from the municipalities of Goioxim, Guarapuava, and Foz do Jordão, in Paraná. The results allow observing in the interviewees' narratives the persistence of the invisibility of female labor in the countryside, being classified as "help" and excluded from the decision-making and financial sphere. Emigration, the return to the countryside with greater administrative autonomy, or the search for non-agricultural income in urban spaces emerge as resistance strategies against devaluation. It is concluded that the continued presence of women in the countryside is a political act of "re-existence," built through support networks and the continuous pursuit of recognition, autonomy, and social justice, reconfiguring the meaning of work and rural life.

Keywords: gender inequality; female migration; and family farming.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 GÊNERO E AGRICULTURA FAMILIAR: DESAFIOS E TRANSFORMAÇÕES NO CONTEXTO RURAL	15
2.1 Agricultura familiar e sua importância econômica e social	15
2.2 Gênero e a desigualdade feminina.....	21
2.2.1 A divisão sexual do trabalho.....	24
2.2.2 O trabalho feminino na agricultura familiar e a desigualdade sexual	28
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	33
3.1 A caracterização da pesquisa	33
3.2 A entrevista e a análise das informações.....	35
4 GÊNERO E MIGRAÇÃO FEMININA NO CAMPO	40
4.1 O contexto da região analisada.....	40
4.2 Experiências vivenciadas pelas mulheres nos espaços rurais, resistências e desafios.....	45
4.2.1 A divisão sexual do trabalho e a lógica da invisibilidade	47
4.2.2 Autonomia, resistência e a reconstrução de identidades	50
4.2.3 Redes de apoio e a estratégia da reexistência coletiva	52
4.2.4 Comparativo de casos e a influência da desvalorização	53
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	60
APÊNDICE	66
Apêndice A – Questionário sobre as experiências de migração e os impactos das decisões na vida das mulheres	66
Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	71

1 INTRODUÇÃO

Historicamente a agricultura é essencial nas economias globais, fornecendo alimentos e matéria-prima para o sustento e progresso. De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2012) o reconhecimento da riqueza da história agrícola é marcado pelo processo de desenvolvimento e influenciada por diferentes grupos, sejam de nativos ou imigrantes estrangeiros. As lições aprendidas também contribuíram para o avanço do Brasil como potência agrícola global.

A agricultura familiar no Brasil desempenha um papel fundamental na produção agropecuária do país. Conta, conforme dados do Censo Agropecuário de 2017, com cerca de 10,1 milhões de pessoas ocupadas, o que representa aproximadamente 67% de todo o pessoal ocupado no setor. Dentre esses trabalhadores, observa-se distribuição desigual em termos de gênero quanto ao chefe do estabelecimento, com predominância de homens em relação às mulheres. Cerca de 81% dos estabelecimentos agropecuários no Brasil são dirigidos por homens, em contraste, aos 18,7% dirigidos por mulheres e 0,3% atribuída a um administrador, que não necessariamente é o produtor (IBGE, 2017).

Outra disparidade notável nos espaços rurais, mesmo com os avanços nas últimas décadas, são as diferenças salariais, segregação ocupacional e menor acesso a oportunidades de desenvolvimento profissional em desfavor das mulheres. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) analisou a disparidade salarial, reforçando que as mulheres obtêm rendimentos inferiores aos dos homens. Na agricultura a disparidade é ainda mais acentuada, em 2018 os homens recebiam, em média, R\$ 1.373,00, já às mulheres, apenas 64,2% (R\$ 882,00) desse valor.

Hirata e Kergoat (2007) afirmam que a divisão sexual do trabalho surge das interações sociais entre os gêneros, sendo importante para manter a relação social. No entanto, o setor agrícola enfrenta desafios persistentes, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento do trabalho feminino. As mulheres enfrentam, nos espaços rurais, obstáculos superiores ao acesso a recursos e oportunidades quando comparadas às oportunidades e obstáculos que se apresentam ao homem.

A diferença de gênero e do reconhecimento do papel da mulher aproxima a conexão da agricultura para com a migração das trabalhadoras rurais, com uma ênfase particular na emigração das mulheres do campo. A divisão sexual do trabalho

é influenciada por contextos históricos e sociais, se atribuiu aos homens a produtividade, protagonismo de maior importância, trabalhos remunerados e essenciais para o sustento da família, já para as mulheres é atribuído o papel reprodutivo, sendo a elas designados os trabalhos domésticos, não remunerados, e ao cuidado dos filhos ou outros familiares (Hirata; Kergoat, 2007).

Embora desempenhem funções essenciais na produção agrícola e na administração familiar, as mulheres rurais se deparam com a desigualdade de gênero não só no mercado de trabalho, mas com a subvalorização de seu trabalho na própria unidade familiar. A desvalorização do trabalho feminino é uma realidade presente na sociedade, e marca as diversas classes sociais. De acordo com Butler (2018) os cientistas sociais consideram o gênero como uma condição ou aspecto de análise, que também é designado como um ponto de diferença biológica, linguística e/ou cultural entre indivíduos reais.

O gênero em questão, reflete sobre as diferenças salariais, e na visão de Silva e Schneider (2010) está relacionado com a cultura e a maneira como a sociedade aborda a distinção entre os sexos. É fator determinante, também, para a saída das mulheres dos espaços rurais, repercutindo na dinâmica agrícola e nas áreas rurais. A emigração acabou sendo uma estratégia adotada pelas mulheres para fugir da exclusão e invisibilidade sofrida no campo.

Diante do cenário exposto, busca-se um olhar para o debate de gênero, migração e invisibilidade do trabalho feminino nos espaços rurais. Assim, questiona-se: a desigualdade de gênero na agricultura familiar influencia a emigração feminina em busca de autonomia, reconhecimento do trabalho e melhores oportunidades? E, quais estratégias de empoderamento e resistência as mulheres adotam para enfrentar os desafios associados à emigração rural? Admite-se, como hipótese, que mulheres agricultoras, em cenários de desvalorização, invisibilidade de seu trabalho e disparidades de gênero na agricultura familiar, são mais propensas a emigração como estratégia para alcançar independência, reconhecimento e melhores oportunidades.

Buscando validar a hipótese do estudo e responder ao problema da pesquisa, o objetivo geral consiste em investigar como a desigualdade de gênero e a respectiva desvalorização e invisibilidade do trabalho feminino na agricultura influenciam a emigração das mulheres em busca de autonomia e melhores oportunidades. Especificamente: a) identificar as estratégias de empoderamento e resistência adotadas por elas para enfrentar os desafios associados à emigração rural; b) explorar

os motivos que levam as mulheres rurais a emigrarem para áreas urbanas em busca de independência e melhores oportunidades; c) investigar as experiências das mulheres rurais, os desafios enfrentados, as estratégias de adaptação e as medidas de empoderamento e resistência adotadas por elas durante o processo emigratório; e d) analisar as principais dificuldades enfrentadas por mulheres que optam por viver e trabalhar no campo e por aquelas que decidiram retornar.

A desigualdade de gênero na agricultura limita o pleno desenvolvimento das mulheres rurais e influencia diretamente sobre a emigração feminina. Muitas mulheres optam por deixar o campo em busca de independência, reconhecimento e melhores oportunidades de trabalho e estudo em áreas urbanas. A emigração traz consigo uma série de desafios, incluindo a adaptação a novos contextos e a adoção de estratégias de empoderamento e resistência para enfrentar as dificuldades encontradas.

Ao tentar compreender os fatores que levam as mulheres rurais a deixarem o campo, as dificuldades encontradas durante o processo migratório e as estratégias adotadas tem-se a relevância da pesquisa, já que proporciona *insights* valiosos sobre diversas perspectivas. No contexto social, a pesquisa revela as desigualdades de gênero e os desafios específicos enfrentados pelas mulheres, destacando como elas são afetadas de maneira diferente em comparação aos homens. No aspecto econômico, a emigração feminina pode impactar na mão de obra disponível no setor agrícola, influenciando na produtividade do próprio estabelecimento e, também das comunidades rurais.

Cientificamente, o estudo aprofunda o conhecimento sobre os processos migratórios, ajudando a identificar padrões e fatores determinantes, esses *insights* são fundamentais para orientar futuras pesquisas e intervenções. Assim, busca-se aprimorar a compreensão das interações de gênero, a necessidade de compreender as motivações, experiências e estratégias das mulheres rurais no contexto da migração. E, espera-se, contribuir para um futuro em que as mulheres rurais tenham maior reconhecimento e maiores oportunidades de prosperar.

Além dessa seção introdutória, o segundo capítulo (referencial) discute sobre a agricultura familiar, destacando sua importância no contexto brasileiro. Este capítulo abrange a contribuição da agricultura familiar para a economia, e adentra nos desafios enfrentados pelas mulheres, pontuando sobre gênero, migração e trabalho feminino no contexto rural.

Segue-se com o capítulo três que trata dos aspectos metodológicos. Já o quarto capítulo, central no estudo, examina as experiências, os motivos e desafios enfrentados durante o processo migratório, as estratégias de adaptação e as medidas de empoderamento e resistência adotadas, de três mulheres rurais residentes nos municípios de Goioxim, Foz do Jordão e Guarapuava, no estado do Paraná. As participantes foram selecionadas por apresentarem trajetórias distintas de permanência e migração, o que possibilita compreender, em profundidade, as estratégias de resistência feminina no campo. Por fim, são apresentadas as considerações finais seguidas das referências.

2 GÊNERO E AGRICULTURA FAMILIAR: DESAFIOS E TRANSFORMAÇÕES NO CONTEXTO RURAL

O capítulo tem por objetivo revisar os principais autores que tratam conceitos relacionados ao debate de gênero no contexto da agricultura familiar. A seção 2.1 se volta ao aspecto mais geral de entender a importância da agricultura familiar para a economia e a sustentabilidade ambiental, social e cultural. Uma agricultura familiar que traz consigo suas tradições nas raízes históricas do campesinato, e, ao mesmo tempo, incorpora tecnologias modernas e conhecimentos técnicos, enfrentando também desafios quanto aos recursos limitados. A seção finaliza apresentando as principais origens das fontes de renda disponíveis ao agricultor familiar.

Segue-se com a seção 2.2, central no debate aqui proposto, que retrata a discussão de gênero, migração e trabalho feminino no contexto rural. O conceito de gênero envolve a distinção socialmente construída entre homens e mulheres. As desigualdades de gênero se manifestam na divisão sexual do trabalho e na separação entre a esfera pública e privada, onde a esfera pública é percebida como pertencente aos homens, associada ao trabalho produtivo e aos direitos, enquanto a esfera privada é relacionada à domesticidade e ao afeto, tradicionalmente função das mulheres.

O fato faz com que as mulheres, nos estabelecimentos familiares, enfrentem a invisibilidade de seu trabalho, estejam distantes da tomada de decisão no estabelecimento, levando muitas delas a saída em busca de maior reconhecimento de seu trabalho e de maiores oportunidades.

2.1 Agricultura familiar e sua importância econômica e social

A agricultura familiar, de acordo com Wanderley (1999), é uma categoria social e produtiva essencial para a economia e para a sustentabilidade ambiental, social e cultural. Caracteriza-se pela gestão de pequenos estabelecimentos rurais, geralmente operadas por uma única família que utiliza principalmente mão de obra familiar. O modelo de produção agrícola desempenha papel crucial, especialmente em países em desenvolvimento, sendo responsável por uma parcela significativa da produção de alimentos que abastece as comunidades locais.

Conforme Wanderley (1999) é preciso entender as raízes históricas desse agricultor familiar, intimamente ligadas ao modo de produção do campesinato, que combina relações familiares e sociais, com a terra e com os recursos econômicos. O camponês é caracterizado por estar conectado com a terra e as práticas agrícolas tradicionais ensinadas de geração em geração, sendo um grupo social que produz para sua subsistência e mantém mínimas relações com o mercado.

O campesinato tradicional se destacava por sua independência relativa em relação à sociedade global, se voltando aos aspectos sociais e de subsistência, ao constituir um sistema econômico autossuficiente, onde somente o excedente era destinado ao mercado, tendo maior valorização das relações sociais. Já o agricultor familiar brasileiro é visto como um camponês remodelado, preservando ao mesmo tempo as características tradicionais do antigo campesinato europeu, mas também se adaptando e se integrando aos mercados (Wanderley, 1999).

Schneider (2010) retrata a distinção entre camponeses e agricultores familiares mesmo ambos pertencendo ao mesmo grupo social. Uma diferença que pode ser apresentada quanto ao envolvimento social, já que o camponês molda sua produção e subsistência nas relações sociais, diferente do agricultor familiar, que objetiva o mercado, isso contribui para uma melhor compreensão das realidades rurais. Embora mantenha a perspectiva tradicional camponesa, o agricultor familiar passou por processos de mudanças, e se aproximou das relações mercantis.

Veiga (1991) debate sobre transformar camponeses em agricultores familiares ativos, embora os camponeses tradicionais mantenham uma relação autônoma e autossuficiente, os agricultores familiares estão cada vez mais integrados ao mercado. Adotam práticas e tecnologias modernas que aumentam a produtividade e a competitividade, aproximando a agricultura da indústria. Abramovay (1990) afirma que a distinção reside na maior integração do agricultor familiar ao mercado, adotando novas tecnologias, sendo, o agricultor familiar, um camponês evoluído/remodelado, o qual se adaptou às exigências e às oportunidades do mercado capitalista moderno.

Já o camponês tradicional é associado à produção para o autoconsumo, sem perder a essência da relação direta e profunda com a terra. Em contraste, o agricultor familiar traz o valor da terra integrada ao mercado, sua produção se volta principalmente para a venda, ou seja, adota práticas comerciais. Friedmann (1978) retrata que o agricultor familiar se adaptou ao ambiente de mercado e as trocas de

produtos, mas que ainda preserva os bons costumes tradicionais dos camponeses, justificando o termo “camponês remodelado”.

A agricultura camponesa, para Ploeg (2006), é caracterizada pela produção dentro do núcleo da família, que mobiliza os fatores (terra e trabalho) sem depender totalmente de insumos externos, mantendo uma boa relação com a terra especialmente para o próprio consumo. Em oposição, o agricultor familiar adota uma produção mais empresarial e mercantilizada, com insumos industriais e produção voltada para o mercado, com o intuito de obter lucros e expandir a produção, e apenas a mão de obra permanece no núcleo da família.

A agricultura familiar obtém renda e atrai recursos do mercado, mantendo a força de trabalho familiar. Friedmann (1978) ressalta o trabalho familiar como a principal estratégia para a produção integrada ao mercado, o que viabiliza a produção familiar frente a produção capitalista. Já Ploeg (2006) cita quatro formas de produção, sendo: Produção Doméstica (PD), Pequena Produção Mercantil (PPM), Produção Simples de Mercadorias (PSM) e Produção Capitalista de Mercadorias (PCM).

A PD é voltada principalmente para restabelecer a base familiar sem a mercantilização. A PPM tem parte de sua produção comercializada, mas a terra e parte dos insumos não são mercantilizados. A PSM tem praticamente todos seus recursos como mercadorias, exceto o trabalho. Na PCM todos os recursos do processo produtivo são mercadorias, sendo dependente do mercado (Ploeg, 2006). O agricultor familiar estaria inserido na produção simples de mercadorias.

No contexto da agricultura brasileira, Schneider (2010), trata ainda quatro categorias sociais, como: a) grandes proprietários atrasados e tradicionais; b) grandes proprietários em modernas empresas agropecuárias; c) agricultura familiar moderna; e d) agricultura familiar camponesa. Uma classificação que evidencia diferentes realidades do meio rural do país, já que existem grupos como os grandes proprietários de terras, que apesar de extensas áreas, mantem práticas agrícolas tradicionais e seguem uma gestão produtiva com atraso tecnológico e produtivo. Por outro lado, também grandes proprietários de terras que incluíram a modernidade e a tecnologia em sua gestão, possuem mais facilidade a recursos financeiros que proporcionam melhor produtividade, podendo se tornar empresas agropecuárias.

Entre os produtores menores, tem-se de um lado os agricultores familiares que modernizaram a sua produção e gestão para a comercialização, estão pautados no profissionalismo das atividades e na maior integração ao mercado. E ainda, os

agricultores familiares que mantem o tradicionalismo das suas atividades, mantendo a face social, a cultura e os costumes do camponês, estes favorecem o bem próprio, controlando o modo de produção e a boa relação com a terra (Schneider, 2010).

Essas quatro categorias, e suas distinções, permitem melhor compreender as dinâmicas e características dos produtores brasileiros, principalmente entender o posicionamento do agricultor familiar. Schneider (2010) enaltece o agricultor familiar dentro da agricultura nacional, mesmo que renegado por muito tempo pelo Estado e suas políticas públicas. Antes da década de 1990 não era reconhecido, tendo atribuído a si termos pejorativos, como pequeno produtor, produtor de subsistência, produtor de baixa renda, caboclo, caipira, etc. Foi reconhecido a partir da implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Carneiro (1997) pontua que a agricultura familiar ganhou destaque, em termos de política pública, a partir da década de 1990 com o Pronaf. Destinando recursos (crédito) para apoiar diretamente os agricultores familiares, objetivando aumentar a capacidade produtiva, gerar empregos e melhorar a renda das famílias rurais e assim promover a melhoria significativa na qualidade de vida desses agricultores.

No entanto, somente em 2006, com a lei nº 11.326 que instituiu a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, o Estado reconheceu formalmente a existência e a importância da agricultura familiar no Brasil, apoiando o desenvolvimento do setor (Brasil, 2006). Isso favoreceu o fortalecimento e o apoio à agricultura familiar brasileira, a qual é fundamental para a segurança alimentar, geração de renda e no desenvolvimento rural.

Para Delgado e Bergamasco (2017) a sociedade brasileira tem reconhecido a agricultura familiar por suas contribuições materiais e imateriais. Uma agricultura com organização social variada, juntamente com múltiplos discursos identitários e demandas sociais. Carneiro (1997) põe a agricultura familiar como protagonista da política de desenvolvimento rural, em especial, ao ampliar o conceito de desenvolvimento ao incluir a sustentabilidade, abrangendo áreas como educação, saúde e proteção ambiental, além da esfera econômica.

A agricultura familiar é fundamental para se atingir a sustentabilidade alimentar, já que produz a maioria dos alimentos consumidos localmente. O agricultor familiar assegura a diversidade de culturas, contribuindo para a conservação de sementes e práticas tradicionais, também fortalece a economia local, gera emprego e renda para milhões de famílias, reduzindo a migração para áreas urbanas (Wanderley, 1999).

Em percepção semelhante Delgado e Bergamasco (2017) destacam a agricultura familiar como responsável na segurança alimentar e no desenvolvimento sustentável. Entendem como sendo a base da produção de alimentos que abastece tanto áreas urbanas quanto rurais com uma diversidade de produtos agrícolas, enquanto a agricultura empresarial se volta a produção de *commodities*, geralmente destinadas à exportação.

Priore *et al.* (2021) comentam que, além de sua função econômica, a agricultura familiar promove a preservação de práticas agrícolas tradicionais e conhecimentos locais, muitos deles herdados da forma camponesa. Esse conhecimento tradicional é fundamental para a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais ao adotar técnicas sustentáveis de manejo de solo, água e culturas, contribuindo para a resiliência ambiental e a adaptação às mudanças climáticas.

A categoria social ainda é importante na geração de emprego e renda nas áreas rurais, desempenhando papel necessário na redução da pobreza e na inclusão social. A gestão familiar dos estabelecimentos agrícolas não fortalece apenas os laços comunitários, mas também promove um modelo de desenvolvimento que valoriza o bem-estar das famílias rurais e a autonomia local (Diniz, 2012).

Segundo Aires e Salamoni (2013) apesar de sua importância, a agricultura familiar enfrenta inúmeros desafios, sendo: o acesso a recursos como terra, água e crédito limitado, o que muitas vezes impede o crescimento e a inovação; falta de acesso a tecnologias modernas e conhecimentos técnicos, dificultando a melhoria da produtividade; e comercialização, dada a dependência de intermediários, o que reduz a margem de lucro e a competitividade nos mercados.

A agricultura familiar, de acordo com Diniz (2012), enfrenta sérias dificuldades para sua reprodução social, apesar de ser a forma de organização mais adequada para o desenvolvimento sustentável no campo. Desde seus primórdios, a agricultura tem passado por fortes transformações econômicas e políticas, resultando em alterações sociais, econômicas e ambientais negativas. Um estabelecimento agrícola familiar é simultaneamente uma unidade de produção, consumo e reprodução social.

Conforme Priore *et al.* (2021) um dos principais desafios da categoria é o acesso à terra, frequentemente dificultado por questões fundiárias e pela falta de políticas claras de reforma agrária, soma-se aos problemas de infraestrutura, como estradas precárias e falta de serviços básicos como energia elétrica e água potável. A dificuldade de acesso compromete a capacidade de escoamento da produção e

acesso aos mercados, os preços instáveis e a concentração de poder de mercado por grandes distribuidores, também são desafios na comercialização dos produtos.

Além desses aspectos, na visão de Stédile (2009), a vulnerabilidade às mudanças climáticas e eventos extremos como secas e enchentes ampliam os riscos para os agricultores familiares. Pontua-se a sucessão familiar e o envelhecimento da população rural como preocupações adicionais, afetando a continuidade e o desenvolvimento das atividades agrícolas familiares.

Para Delgado e Bergamasco (2017) superar esses desafios requer de políticas públicas, sejam elas de reforma agrária e regularização fundiária, investimentos em educação agrícola e na capacitação técnica, cruciais para promover práticas agrícolas sustentáveis. A formação de cooperativas e associações de agricultores pode facilitar o acesso a mercados e melhorar as condições de comercialização.

Uma agricultura, segundo Priore *et al.* (2021), que é um pilar essencial para a construção de sistemas alimentares mais justos e sustentáveis. O apoio contínuo a esses agricultores é fundamental para garantir a segurança alimentar, preservar a biodiversidade e fortalecer as economias rurais. Através de políticas públicas eficazes, do apoio técnico e da educação é possível enfrentar os desafios e promover um desenvolvimento rural inclusivo e sustentável.

Outra característica marcante dessa categoria social é sua capacidade de acessar fontes de rendas diversas, as quais, para Schneider (2003), geram uma segurança econômica para as famílias rurais. Ellis (2000) define e classifica as fontes de renda das famílias rurais em três grandes categorias, sendo: renda agrícola, extra agrícola e não agrícola. Fontes de renda originárias da agricultura, de dentro ou fora do estabelecimento, como também originárias de atividades não agrícolas.

Cada categoria abrange diferentes fontes de renda importantes para a sobrevivência das famílias rurais em países em desenvolvimento. Essa diversificação das atividades e das fontes de renda permite maior estabilidade econômica, sendo crucial para a redução da pobreza rural. As rendas agrícolas são formadas dentro do estabelecimento rural, incluindo principalmente a produção agrícola e pecuária, estando diretamente ligada a todas as atividades agropecuárias (Schneider, 2010).

As rendas extra agrícolas tem origem na agricultura, mas são provenientes de fora do estabelecimento rural, tais como: prestações de serviços com máquinas agrícolas ou mão de obra para vizinhos e agricultores da região. São rendas complementares a própria produção que contribuem para os rendimentos da família.

Já as rendas não agrícolas, seja na comunidade, em trabalhos no comércio, transporte, artesanato, ou oriundas de trabalhos formais ou informais prestados nas áreas urbanas, permitem reduzir a dependência das atividades agrícolas para subsistência (Schneider, 2010).

Blad (2010) também segue essa classificação das fontes de renda das famílias, entende sua importância já que se criam oportunidades que contribuem para o desenvolvimento econômico das comunidades. Lougherey *et al.* (2013) afirma que fontes diversas de renda criam maior estabilidade financeira para as famílias agrícolas, porém, podem diminuir as chances de sucessão familiar na agricultura, pois os possíveis sucessores, jovens, filhos de agricultores podem encontrar melhores oportunidades de emprego no centro urbano em atividades não agrícolas.

Ainda, Schneider (2010), pontua outras fontes de renda, algumas do não trabalho. Uma delas é as transferências sociais, na forma de rendas que advêm de subsídios e programas governamentais (aposentadorias, pensões, auxílio-doença, bolsa família, entre outros). Ainda as outras fontes de renda, como: arrendamentos, indenizações judiciais, aluguel de imóveis urbanos, juros, etc., compõe esse portfólio de fontes que permitem complementar a renda das famílias, diversificando e proporcionando maior estabilidade e segurança. Entendidos os aspectos gerais que cercam a agricultura familiar, o foco se volta em entender o papel da mulher nesses estabelecimentos rurais.

2.2 Gênero e a desigualdade feminina

Ao adentrar no debate sobre gênero é preciso inicialmente entender seu conceito. Conforme consta no Dicionário Online de Português (2024) o conceito engloba todas as características compartilhadas por um grupo, classe, seres ou coisas. Refere-se à distinção socialmente construída entre homens e mulheres, que pode variar de acordo com a cultura, determinando os papéis sociais atribuídos a cada gênero e suas identidades sexuais.

Além de entender o conceito é preciso, acima de tudo, entender a distinção dada a homens e mulheres a partir de uma construção histórica e social. Federici (2017) analisa a perseguição ao corpo feminino ao longo da história, pontuando que na idade média, por exemplo, a caça às bruxas, figurou como ponto essencial da

intervenção estatal sobre o corpo feminino, construindo um regime patriarcal que controlava a autonomia e o saber da mulher.

Nesse período, as mulheres foram alvo de uma intensa repressão de controle as suas vidas, seus corpos e suas capacidades reprodutivas. Ao condenar práticas como o aborto e a contracepção o Estado e a Igreja buscavam punir as mulheres e reafirmar sua autoridade sobre o corpo feminino. Aquelas que se destacavam, inclusive no campo do conhecimento, eram perseguidas. Isso tudo, construiu socialmente a distinção entre homens e mulheres (Federici, 2017).

Aprofundando mais o entendimento do termo “gênero”, para Scott (1995), escritora pioneira sobre o assunto, o termo surgiu entre as feministas americanas que buscavam enfatizar a natureza fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra foi empregada para rejeitar o determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual, além disso, destacava o caráter relacional das definições normativas das feminilidades.

Faria (2015) afirma que se trata de um conceito que enfatiza a construção social das identidades masculina e feminina na sociedade, estando intrinsecamente ligado ao que cada sociedade, em diferentes momentos históricos, considera como características próprias de homens e mulheres. Permeia todas as dimensões da vida social, incluindo as esferas econômica, política, cultural e social.

Na visão de Costa e Dias (2021) a identidade de gênero é moldada pelas interações sociais ao longo da vida dos indivíduos, e influenciada pelos comportamentos que experienciam e que definem os papéis sociais. Desenvolve-se desde o início do processo de socialização, tanto para meninos quanto para meninas, e desempenha um papel crucial na definição, orientação e aceitação dos comportamentos e práticas sociais e sexuais.

A ideia de gênero está fundamentada nos significados que definem o que é ser homem ou ser mulher, e não na anatomia dos corpos. As ciências sociais enfatizam que as identidades masculina e feminina não são determinadas pela biologia, mas sim são construções culturais que se manifestam nos corpos e evoluem ao longo da história. As diferenças de gênero seriam então estabelecidas por meio das interações sociais ao longo do tempo, tornando o gênero uma categoria de classificação dos indivíduos, do mesmo modo que a classe social e a raça/etnia (Heilborn; Araújo; Barreto, 2010).

Os aspectos e as dinâmicas de gênero evidenciam, na visão de Costa e Dias (2021), estruturas fundamentadas nas disparidades e distinções existentes entre homens e mulheres. Manifestam-se na expressão das relações de poder e influenciadas por fatores como: classe social, raça/etnia, historicamente delineadas por hierarquias, discriminação, violência e outros aspectos.

Para além do conceito, as distinções sociais entre homens e mulheres irradiam para as oportunidades que se apresentam. Na ótica de Scott (1995), o processo de desigualdade de gênero, se evidencia na divisão sexual do trabalho, onde se entrelaça com a ideia de uma oposição entre a esfera pública e privada. A esfera pública é percebida como pertencente aos homens, relacionada ao trabalho produtivo, aos direitos e à igualdade. Já a esfera privada é associada à domesticidade, ao afeto e à intimidade. Vale destacar que essa separação não é absoluta, embora sejam frequentemente direcionadas para o que é considerado o espaço apropriado para cada uma.

Piscitelli (2009) adentra no debate tratando do poder patriarcal, no qual a diferença sexual, em desfavor das mulheres, gera a opressão e a subordinação da mulher em relação ao homem. No âmbito familiar, ocorre na figura do pai sobre a esposa e os filhos. O patriarcado impõe uma divisão de gênero que determina funções, papéis sociais e o espaço em que cada um, homens e mulheres, podem ocupar.

Essa desigualdade se reflete, conforme Hirata (2007), na posição ocupada pela mulher, restrita sobretudo ao espaço privado, ao passo que a divisão sexual do trabalho é uma forma de organização social entre os sexos. Aos homens é atribuída a produtividade, ocupam posições de melhor valor social, já as mulheres, são atribuídos papéis na esfera privada, onde, mesmo com trabalhos importantes, não recebem o mesmo prestígio e valorização.

No espaço privado, a mulher tem seu trabalho invisibilizado, pois mesmo com a produção de produtos, a venda (esfera pública) cabe ao homem. Schwendler (2009) destaca que, no contexto rural, as atividades produtivas realizadas pelas mulheres são vistas como “ajuda” e não como trabalho, já a comercialização dos produtos, de maior importância econômica, é tarefa masculina, persistindo a desigualdade de gênero.

Já Hirata e Kergoat (2007) contribuem com a discussão, reforçando a divisão sexual do trabalho associada a esfera pública e privada, onde persiste a desigualdade

de gênero, mesmo com as transformações sociais e econômicas. Rohden (2001) também aborda a divisão sexual do trabalho e a separação das esferas públicas e privadas, analisa como as normas sociais e culturais influenciam na valorização do trabalho feminino.

Desde a infância as mulheres são socializadas para assumir responsabilidades de cuidado em relação a outros membros da família e para realizar o trabalho doméstico. Essa socialização reforça o poder legitimado dos homens sobre as mulheres, mantendo-as subjugadas na estrutura familiar e assumindo papéis subordinados (Costa; Dias, 2021).

Para Faria (2015) o nascimento de uma criança, nos aspectos do homem (pai), é visto pela sociedade e no mercado de trabalho como algo positivo na sua carreira, já para uma mulher, o nascimento do filho pode pressionar para o abandono do emprego quando não conseguem conciliar o cuidado dos filhos com suas obrigações profissionais. Demonstra como um mesmo fato (nascimento de um filho) pode provocar efeitos diferentes aos indivíduos a depender do gênero a quem pertencem.

Na perspectiva de Saffioti (2009) essas disparidades sociais e principalmente no mercado de trabalho, são criadas pela diferença de gênero resultante da cultura machista e sexista, juntamente com os valores patriarcais, dos quais as mulheres são submetidas. As consequências são continuamente reproduzidas nas relações familiares e nos grupos sociais, principalmente através da educação tanto de filhos quanto de filhas.

A construção social a respeito das diferenças de papéis entre homens e mulheres no sistema capitalista, para Wallerstein (2001), é fruto de ideologias de racismo e sexismo, as quais figuram como as principais justificativas das desigualdades sociais e econômicas. Essas construções estão integradas ao funcionalismo do capitalismo histórico, essenciais para a acumulação de capital. Uma construção social que distingue homens e mulheres, e adentra na forma como o trabalho é reconhecido e valorado, o que torna importante o debate envolvendo uma divisão sexual do trabalho.

2.2.1 A divisão sexual do trabalho

A divisão sexual do trabalho refere-se à forma como as tarefas e responsabilidades são distribuídas entre homens e mulheres, frequentemente

baseada em normas de gênero que resultam em disparidades significativas nos tipos de emprego, remuneração e condições de trabalho. Ao revisar o debate sobre o trabalho da mulher, Hirata (2007) argumenta que elas estão alocadas em empregos com remuneração mais baixa e em posições de menor *status*. São atividades frequentemente relacionadas à serviços de cuidado e limpeza, com salários inferiores e menores oportunidades de avanço na carreira em comparação aos setores dominados por homens, como engenharia e tecnologia.

A desigualdade salarial entre homens e mulheres persiste, mesmo quando ocupam funções semelhantes. Hirata (2007) atribui isso à sobrecarga de trabalho não remunerado enfrentada pelas mulheres, discriminação no local de trabalho e falta de políticas de apoio adequadas, como aquelas voltadas ao suporte para cuidados infantis e a flexibilidade no trabalho. Fatores esses que aprofundam as desigualdades, ao invés de ajudar na conciliação entre a vida profissional e a pessoal.

Olhando para alguns indicadores do Brasil, Piscitelli (2009) observa que mesmo com o crescente acesso das mulheres à educação e as ocupações tradicionalmente masculinas, a igualdade entre homens e mulheres pode estar longe de ser alcançada. No Brasil, embora as mulheres possuam em média, mais anos de estudo do que os homens, já que representam pouco mais da metade das que concluem o ensino fundamental e médio, essa vantagem educacional não se traduz em igualdade salarial, cenário ainda pior quando se trata de mulheres negras com salários inferiores as mulheres brancas.

É o que indicam os dados do Censo Demográfico 2022, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023) as mulheres brasileiras com 25 anos ou mais apresentaram média de anos de estudo superior em comparação aos homens da mesma faixa etária. Ao avaliar os níveis de formação 20,7% delas possuíam ensino superior completo, enquanto entre os homens esse percentual era de 15,8%. Apesar da vantagem feminina em termos de escolaridade, os homens ainda continuam ocupando as melhores posições no mercado de trabalho e auferindo salários mais altos.

Ao adentrar nos dados de renda, em 2018, o rendimento médio mensal das mulheres de 25 a 49 anos era de R\$ 1.978,00, enquanto os homens, no mesmo grupo etário, recebiam R\$ 2.491,00, o que representa uma diferença de cerca de 25,9% em desfavor das mulheres. A desigualdade é ainda mais evidente em ocupações como a de agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, onde as mulheres

recebiam apenas 64,2% da remuneração dos homens. Mesmo em profissões com maioria feminina e exigência de qualificação, como a de médicos especialistas, a diferença persiste: as mulheres recebiam 71,8% do rendimento masculino (IBGE, 2019).

Esses dados evidenciam que a desigualdade salarial não se deve exclusivamente à escolaridade ou experiência, mas a um modelo estrutural que subvaloriza o trabalho feminino, especialmente no campo. Essa dinâmica reforça a necessidade de compreender a migração feminina rural como uma estratégia de enfrentamento das limitações econômicas e sociais impostas pelo patriarcado rural.

As mulheres estão mais propensas a assumir empregos de tempo parcial, de menor estabilidade, com menores benefícios e que reduzem as chances de progressão na carreira. Muitas vezes, essa escolha está relacionada à necessidade de conciliar trabalho e responsabilidades familiares, que ainda recaem desproporcionalmente sobre as mulheres (Hirata, 2007).

Para além do fato das mulheres encontrarem desigualdade salarial e de oportunidades, Weber (2009) complementa a análise ao tratar sobre a dupla jornada de trabalho. Evidencia como a forma social de divisão tradicional de papéis atribuídos aos homens e as mulheres perpetua as desigualdades no ambiente doméstico, enquanto para os homens o lar é visto como um espaço de descanso após a jornada de trabalho, para as mulheres representa uma continuação do trabalho, com responsabilidades dos afazeres da casa, criando uma dupla jornada.

A sobrecarga de trabalho doméstico não remunerado e desvalorizado em termos econômicos e sociais, impacta negativamente na vida profissional das mulheres, limitando suas oportunidades de crescimento e desenvolvimento no mercado de trabalho, além da segregação ocupacional, embora essencial para o funcionamento da vida cotidiana e para a manutenção do bem-estar familiar. A mulher sofre com a carga adicional de trabalho, que não é compensada de maneira justa. Pois estão responsáveis por uma maior parte das tarefas domésticas e de cuidado, o que pode afetar sua qualidade de vida, saúde e oportunidades de avanço profissional (Weber, 2009).

Strathern (2006) argumenta que o trabalho das mulheres, especialmente o trabalho doméstico e de cuidados, é frequentemente invisibilizado e desvalorizado em comparação com o trabalho masculino. O trabalho doméstico exercido pelas mulheres em suas residências é essencial para o funcionamento da sociedade, mas não chega

a ser contabilizado e valorado nas métricas econômicas tradicionais, sendo visto como menos importante, isso se deve em parte ao fato de que esse trabalho é realizado predominantemente no âmbito privado e não remunerado, assumindo uma característica de gratuidade.

A divisão de responsabilidades entre homens e mulheres, para Hirata e Kergoat (2009), é marcada por normas de gênero, com as mulheres tradicionalmente assumindo o trabalho doméstico e de cuidado, que não é remunerado e frequentemente invisibilizado. Esse trabalho, realizado majoritariamente por mulheres, inclui atividades como limpeza, cozinhar e cuidar de familiares, mas não gera a contrapartida financeira, contribuindo para a desigualdade de gênero ao limitar as oportunidades das mulheres no mercado de trabalho formal.

Dentro do debate sobre trabalho gratuito, Strathern (2006), reforça o conceito de dádiva, como não apenas os presentes físicos, mas a uma ampla gama de práticas de troca que envolvem relações sociais e culturais, refletindo e reforçando as relações de gênero, inclui-se nisso o trabalho doméstico das mulheres. Em muitas sociedades, os papéis tradicionais de gênero determinam que as mulheres muitas vezes assumem a responsabilidade pelo cuidado de crianças, idosos e doentes, essas práticas fortalecem os laços familiares, e são fundamentais para o bem-estar coletivo, mas raramente são quantificadas ou valorizadas economicamente.

As responsabilidades domésticas e de cuidado podem restringir as oportunidades de carreira das mulheres, criando barreiras para a entrada e avanço em profissões que exigem maior dedicação de tempo e mobilidade, o que reforça a necessidade de políticas públicas que redistribuam as responsabilidades de cuidado entre gêneros. As mudanças nas estruturas familiares e no mercado de trabalho podem influenciar na divisão sexual do trabalho, com a crescente participação feminina no mercado, já a evolução das normas sociais podem promover uma redistribuição mais equitativa das responsabilidades de cuidado (Hirata; Kergoat, 2009).

Na visão de Strathern (2006), ao examinar a economia da dádiva, nota-se como as práticas culturais e sociais podem influenciar e reforçar as normas de gênero. As mudanças nessas formas da conduta social podem oferecer oportunidades para reavaliar e redistribuir o valor do trabalho das mulheres. São práticas que tanto criam como também mantêm hierarquias de valor dentro das sociedades, mas estão imbricadas nas relações de poder e gênero, desafiando a visão econômica

convencional. Observa-se que o trabalho feminino muitas vezes é desvalorizado porque o foco da análise se volta apenas ao trabalho remunerado e visível, um cenário que não é diferente quando a análise é o rural.

2.2.2 O trabalho feminino na agricultura familiar e a desigualdade sexual

Voltando a olhar para as relações de gênero, e principalmente as desigualdades e o reconhecimento do trabalho entre homens e mulheres no campo, nota-se um cenário que também exhibe diferenças. As tarefas realizadas pelas mulheres muitas vezes são vistas como "trabalho de cuidado" ou "trabalho doméstico", e não são valorizadas igualmente a importância dada ao trabalho agrícola, mais visível, como o cultivo de grandes culturas ou a operação de máquinas (Piscitelli, 2008).

Para Siliprandi (2013) é preciso melhor reconhecer o papel das mulheres agricultoras, garantindo que suas contribuições sejam visíveis e valorizadas, não só no seu estabelecimento, mas também frente às políticas públicas e iniciativas de desenvolvimento rural. As mulheres exercem uma participação ativa em movimentos agroecológicos que podem promover o empoderamento feminino e contribuir para a construção de comunidades mais sustentáveis e resilientes.

De acordo com Zanini e Santos (2013) o fato é que existe no meio rural, uma divisão tradicional do trabalho no campo, tarefas mais intensivas e visíveis são atribuídas aos homens, enquanto as atividades de cuidado e manutenção são vistas como responsabilidades femininas, o que não indica que a mulher não participe destas atividades tradicionais. Essa divisão transmite a ideia de que o trabalho das mulheres é menos importante, o que pode levar a uma falta de recursos e apoio para essas atividades, além de uma menor visibilidade das contribuições femininas, e a falta de reconhecimento pode afetar o bem-estar das mulheres e limitar seu acesso a recursos e oportunidades (Piscitelli, 2008).

Para Schwendler (2009), o trabalho das mulheres nessas atividades com menor grau de relevância econômica ao estabelecimento é frequentemente subestimado e inadequadamente recompensado, apesar de ser fundamental para a produção e a sustentabilidade rural. Não que o trabalho da mulher não seja importante, é igualmente fundamental como o do homem, mas por estar ligado a atividades de menor reflexo econômico e mais voltado ao autoconsumo, como o

cuidado com hortas, animais e pomares, acaba recebendo *status* inferior ao trabalho nas atividades tradicionais do estabelecimento e que geralmente estão associadas ao homem (Siliprandi, 2013).

As atividades desempenhadas pelas mulheres, para Brumer (2004), em hortas, cuidado com animais e pomares é classificado como “ajuda” e não como trabalho produtivo principal, e essa categorização reflete a desvalorização e o subaproveitamento do trabalho feminino na agricultura. A divisão do trabalho agrícola segundo Paulilo (2009), segue normas de gênero que atribuem às mulheres tarefas consideradas menos importantes ou menos visíveis economicamente em comparação com as tarefas atribuídas aos homens. Isso reforça a ideia de que o trabalho feminino é secundário e menos valorizado, pois as mulheres enfrentam barreiras para acessar recursos essenciais, como crédito, terras e oportunidades de capacitação.

Um cenário que de certa maneira não reconhece formalmente o trabalho das mulheres, ou não remunera de forma justa, levando a uma falta de recursos e apoio para essas atividades, além de uma menor visibilidade das contribuições delas para a economia rural. Piscitelli (2008) observa que a desvalorização do trabalho feminino também pode impactar a capacidade das mulheres de influenciar decisões sobre o uso da terra e o desenvolvimento rural. Em resposta a essa desvalorização, muitas mulheres desenvolvem estratégias para reivindicar o reconhecimento de seu trabalho e buscar formas de melhorar suas condições de vida e trabalho.

Em busca de estratégias, segundo Strathern (2006), as mulheres vêm se destacando no pioneirismo do movimento agroecológico no Brasil, contribuindo para a promoção de práticas agrícolas sustentáveis e influenciando mudanças na forma como a agricultura é praticada e percebida. Elas estão na linha de frente desses movimentos, contribuindo significativamente para a construção e disseminação de práticas sustentáveis.

A agroecologia, segundo Siliprandi (2013), ainda impacta positivamente na valorização do trabalho feminino, enfatizando a necessidade de reconhecer e valorizar as contribuições das mulheres no campo. No entanto, ainda persistem barreiras significativas para o pleno reconhecimento e valorização dessas contribuições. A limitação de oportunidades, o acesso restrito a recursos e a persistência de desigualdades estruturais continuam a dificultar o avanço das mulheres em espaços de decisão e melhores condições de vida no meio rural.

Na visão de Zanini e Santos (2013), a falta de reconhecimento e valorização do trabalho feminino impacta sua posição social e econômica, mesmo que desempenhem papéis cruciais na agricultura, suas contribuições não são adequadamente reconhecidas ou recompensadas. Brumer (2004) propõe estratégias para melhorar a conjuntura das mulheres na agricultura, isso inclui recomendações para a implementação de políticas públicas que reconheçam e valorizem o trabalho feminino, além de programas de capacitação e apoio que atendam às necessidades específicas das mulheres no setor agrícola.

Para Camarano e Abramovay (1999), mesmo desempenhando papel crucial na economia doméstica, na produção de alimentos e até mesmo nas culturas comerciais, elas não têm acesso direto aos frutos do trabalho comercial do estabelecimento. Participam do trabalho agropecuário, mas o controle sobre o dinheiro e a administração das vendas, na maioria das vezes, permanece com os homens, criando uma situação em que as mulheres contribuem para a produção de bens, mas não têm acesso aos recursos financeiros gerados (Strathern, 2006).

Em paralelo com os apontamentos teóricos, os dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2019), demonstram que a grande maioria (81%) dos estabelecimentos agropecuários no Brasil são administrados por produtores do sexo masculino, formam cerca de 4.110.450 de um total de mais de 5 milhões. Já as mulheres representam uma parcela menor a frente das decisões dos estabelecimentos, e ainda bastante desigual, apenas 19% dos estabelecimentos agropecuários têm mulheres como produtoras responsáveis (946.075), essa desigualdade é acentuada nas faixas etárias mais produtivas (IBGE, 2019).

A exclusão das mulheres da posse e controle da terra é comum nas comunidades agrícolas e demonstra a persistência da desigualdade de gênero no campo. Strathern (2006) explica que, mesmo as mulheres trabalhando muito no cultivo e na gestão das terras, muitas vezes elas não têm direito à herança ou à propriedade. Isso faz com que elas tenham menos autonomia e poder de decisão.

Paulilo (2009) complementa dizendo que, historicamente, quando a mulher levava um dote no casamento, esse dote geralmente não incluía terras e, quando incluía, era o marido quem controlava. Assim, os recursos sempre ficavam nas mãos dos homens, reforçando o modelo patriarcal.

Strathern (2006) também diz que essa desigualdade não é só econômica, mas cultural, ou seja, a forma como as pessoas trocam bens e valores dentro dessas

sociedades também reforça a ideia de que os homens devem ter mais poder. Paulilo (2009) afirma ainda que mesmo as mulheres ajudando no trabalho no campo, muitas vezes são deixadas de fora das decisões sobre dinheiro e administração das propriedades.

Ao analisar o papel das mulheres nos movimentos sociais de luta pela terra, Schwendler (2009) elucida como elas precisam enfrentar o machismo e o desprezo por sua atuação. Mesmo assim, elas vêm ganhando espaço e conquistando direitos importantes, o que ajuda a mudar as relações de poder dentro do campo e na sociedade.

O Quadro 1 a seguir apresenta dados do Censo Agropecuário de 2017, mais recente e retrata o número total de estabelecimentos agropecuários no Brasil, discriminado por sexo e faixa etária do produtor responsável, foram contabilizados 5.073.324 estabelecimentos agropecuários em funcionamento no país, sendo 4.110.450 (81%) dirigidos por homens e 946.075 (18,6%) por mulheres (IBGE, 2019).

Quadro 1 – Distribuição dos estabelecimentos agropecuários por gênero e faixa etária dos produtores

Faixa Etária	Mulheres	Homens
até 24 anos	29.916	70.441
25 a 34 anos	113.797	355.271
35 a 44 anos	174.591	729.552
45 a 54 anos	212.857	1.011.631
55 a 64 anos	202.738	983.964
65 a 74 anos	136.185	649.444
75 anos ou mais	75.991	310.147

Fonte: elaborado pela autora a partir de IBGE (2019).

Nota: A soma das faixas etárias (5.056.525) difere ligeiramente do total geral (5.073.324) em razão de arredondamentos e registros sem informação de idade, conforme nota técnica do IBGE (2019).

Os dados sobre o número de estabelecimentos agropecuários por sexo e faixa etária do produtor evidenciam predominância masculina expressiva na titularidade dos estabelecimentos, homens representam mais de 80% do total, enquanto as mulheres correspondem a menos de 20%. Além disso, nota-se um claro processo de envelhecimento dos produtores, com maior concentração nas faixas etárias entre 45 e 64 anos, e baixa presença de jovens com até 34 anos (IBGE, 2019).

A participação feminina, embora presente, é inferior em números absolutos, mas tem destaque principalmente na faixa etária entre 45 e 64 anos. A baixa presença

de jovens pode ser reflexo de processos de emigração para áreas urbanas e da falta de atrativos para permanência no meio rural.

Os dados do Quadro 1 ainda reforçam a necessidade de políticas voltadas à sustentação da agricultura familiar, ao acesso à terra para jovens e à inclusão de mulheres na produção rural, além de ações que promovam a sucessão geracional e o fortalecimento da produção agropecuária como atividade economicamente viável e socialmente valorizada.

Camarano e Abramovay (1999) explicam que isso acontece porque faltam oportunidades para as mulheres jovens no campo. Sem perspectivas, elas emigram em busca de uma vida melhor. Já os homens, muitas vezes, ficam por falta de opção ou devido a herança das terras da família.

Esses processos de exclusão e luta também se ligam às mudanças que vêm acontecendo no campo brasileiro. Zanini e Santos (2013), falam sobre a saída de pessoas do campo nas últimas décadas, isso acaba gerando o que os autores chamam de “masculinização do campo”.

A relação entre os estudos de Camarano e Abramovay (1999) e Paulilo (2009) mostra a urgência de se pensar políticas públicas que incluam as mulheres, não só do ponto de vista econômico, mas também social, a saída das mulheres do campo e a permanência dos homens demonstra que ainda há muita desigualdade. Por isso, é preciso criar ações concretas que tornem o campo um lugar mais justo, com igualdade de oportunidades para todos, ajudando no desenvolvimento das comunidades rurais de forma mais equilibrada e sustentável.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O capítulo apresenta a caracterização da pesquisa, descrevendo aspectos de sua natureza. A investigação científica é conduzida pelo método científico, que garante a objetividade e a transparência dos resultados, assim, é preciso delimitar quais métodos foram empregados no sentido de delimitar as constatações do estudo.

Inicia com a seção 3.1 que retrata a classificação da pesquisa, abordando sua característica exploratória apoiada na revisão bibliográfica que permite a compreensão do tema de estudo e a construção da base teórica da investigação. Avança apresentando sua natureza descritiva que permitiu apresentar os dados coletados, expondo a natureza qualitativa ao investigar, por meio do estudo de caso, três casos de mulheres rurais.

Na seção 3.2 trata da coleta e análise das informações, apresentando o instrumento sobre as informações capturadas com o instrumento de pesquisa. Adentra no detalhamento do estudo de caso, fundamentado na história oral de vida, sobre as vivências das mulheres rurais entrevistadas.

3.1 A caracterização da pesquisa

Uma pesquisa científica consiste no processo de investigação, destinado a descobrir, interpretar ou revisar fatos, eventos, comportamentos ou teorias. Conforme Gil (2008) para considerar um conhecimento científico é preciso determinar o método utilizado para alcançar esse conhecimento, colocando à prova os fatos para que então sejam consideradas como teorias e formem o conhecimento científico. Segundo Marconi e Lakatos (2003) a pesquisa científica é essencial para o avanço do conhecimento humano e a melhoria das condições de vida, já que contribui para o desenvolvimento de novas tecnologias, políticas e práticas baseadas em evidências sólidas.

A pesquisa científica é conduzida pelo método científico, definido como o modo intelectual e técnico utilizado para adquirir conhecimento. O método orienta a condução da pesquisa, envolvendo desde a coleta dos dados, observação, formulação de hipóteses e teorias, até a análise dos dados para garantir objetividade

e transparência dos resultados obtidos (Gil, 2008). Marconi e Lakatos (2017) apontam o método como um grupo de atividades sistemáticas e racionais.

Gil (2008) destaca que o rigor metodológico é fundamental para assegurar a confiabilidade e a validade das conclusões científicas. Em consonância, Demo (1995), também contribui para essa discussão ao apontar que a pesquisa deve ser crítica e reflexiva, buscando não apenas descrever a realidade, mas também compreendê-la e transformá-la. Assim, o método científico é importante por ser confiável e válido para as descobertas científicas.

Buscando determinar métodos que permitam solidificar esse estudo, uma das características da pesquisa aqui desenvolvida é sua natureza exploratória, a qual consiste em entender sobre o tema que cerca o problema de pesquisa. Para cumprir com a etapa exploratória foi empregada a pesquisa bibliográfica, “feita a partir do levantamento de referências teóricas” (Fonseca, 2002, p. 31).

Uma pesquisa bibliográfica envolve a revisão e síntese do conhecimento já existente e publicado sobre um determinado tema ou questão de interesse, fornecendo sustentação para o desenvolvimento de novas pesquisas ou para a tomada de decisões (Souza; Oliveira; Alves, 2021). Nesse estudo, a etapa exploratória permitiu compor o referencial teórico e a metodologia, aliado a uma parte da análise dos resultados, ao relacionar as teorias ao estudo de caso. Gil (2008) complementa que as pesquisas exploratórias proporcionam maior familiaridade com o problema, desenvolvendo, esclarecendo ou ajustando conceitos e ideias. Contemplam levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso.

Este estudo também possui caráter descritivo, apresentando e descrevendo contextos. Segundo Gil (2008) o objetivo é descrever as características de uma população, fenômeno específico ou estabelecer relações entre variáveis, por meio de tabelas, gráficos e quadros. A etapa foi importante no sentido de contextualizar, com uso de fontes secundárias, a região de estudo.

Adotando uma abordagem qualitativa, o estudo se propõe a aprofundar a compreensão dos fenômenos sociais, econômicos e culturais que envolvem o papel da mulher, seu reconhecimento e a emigração delas dos espaços rurais. De acordo com Richardson (1999) a pesquisa qualitativa visa compreender detalhadamente os significados e características das determinadas situações dos entrevistados, em vez de gerar medidas quantitativas comportamentais.

Para alcançar essa compreensão, o estudo é também um estudo de caso de três mulheres. Levanta informações de fontes primárias a partir de entrevistas, ou seja, explorando situações reais da vida, conforme descrito por Gil (2008). Esse tipo de investigação permite uma análise profunda e contextualizada, essencial para capturar as nuances das experiências individuais.

Considera-se como estudo de caso “um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social.” (Fonseca, 2002, p. 33). Para isso, empregou-se a história oral de vida, permitindo identificar afirmações ou negações sobre os fenômenos de emigração e invisibilidade do trabalho feminino. A preocupação central não é a representatividade amostral, como ocorre nas abordagens quantitativas, mas sim a profundidade dos fatos investigados, proporcionando uma compreensão detalhada e rica das experiências individuais.

3.2 A entrevista e a análise das informações

Os dados primários, coletados mediante entrevista semiestruturada, são definidos por Marconi e Lakatos (2017) como informações e pesquisas feitas para fins específicos de um estudo, e aqui foram obtidos através de entrevistas com três mulheres rurais. A pretensão com as entrevistas foi obter *insights* sobre as motivações, dificuldades e estratégias dessas mulheres ao migrar do campo para a cidade, bem como, perceber no caso que permaneceu ou naquele que retornou ao campo o posicionamento adotado.

As entrevistas abertas ou não-estruturadas permitem uma abordagem livre e espontânea, em contraste, as entrevistas estruturadas envolvem perguntas formuladas, seguindo um roteiro. A combinação de ambas permite montar entrevistas semiestruturadas, adotadas nesse estudo, as quais proporcionam uma entrevista flexível (Minayo, 2001).

As entrevistas semiestruturadas combinam aspectos de ambas as modalidades (abertas e estruturadas), conforme Gil (2008), proporcionam ao entrevistador adaptar perguntas ao longo da entrevista, criando equilíbrio entre as questões estruturadas e abertas. O instrumento de coleta desta pesquisa está disponível no Apêndice A, foi aplicado a três entrevistadas com origem nas cidades de Goioxim/PR, Guarapuava/PR e Foz do Jordão/PR nos meses de setembro e outubro de 2025,

sendo gravada conforme termo de consentimento e livre esclarecimento disponível no Apêndice B.

Para além da coleta das respostas orais gravadas, a pesquisadora fez registros de expressões faciais, mudanças de comportamento e tonalidade vocal, importantes quando se adentra em assuntos delicados que nem sempre elas sentem-se confortáveis em expressar sua opinião pela fala, mas é importante destacar que se mantêm o foco nas perguntas centrais do estudo. Essa abordagem equilibrada facilita a coleta de dados ricos e detalhados, essenciais para uma análise qualitativa robusta.

Quanto às entrevistadas, a ENTREVISTADA 1 nasceu e viveu no meio rural, mas atuou como professora durante vários anos. Todos os dias deixava sua casa em uma propriedade rural em Goioxim/PR e percorria um trajeto de aproximadamente 70 km até a cidade vizinha de Guarapuava/PR, em busca de uma renda não agrícola como professora em uma escola municipal. Deixou as atividades docentes em 2020 devido à falta de mão de obra para desempenhar as tarefas em sua propriedade. Ela reside e trabalha atualmente no campo juntamente com seu esposo, e se dedica exclusivamente às atividades agrícolas.

A segunda entrevistada (ENTREVISTADA 2), nasceu no interior em uma família rural, acompanhando seus pais na lavoura. Quando jovem não encontrou oportunidades e reconhecimento na agricultura, saiu em busca de melhores condições de estudo e trabalho. cursou em nível superior administração e contabilidade, e no percurso do mercado de trabalho atuou em bancos e cooperativas, sem esquecer suas origens, já que aos finais de semana continuava acompanhando o pai na lavoura. Hoje trabalha como agricultora e caminhoneira em suas duas propriedades no Paraná e no Rio Grande do Sul, obtendo rendas agrícolas e não agrícolas.

A terceira entrevistada (ENTREVISTADA 3), nasceu em Guarapuava e foi criada no campo, onde vive até hoje. Não teve oportunidades e condições de estudar, nem mesmo chegou a finalizar o ensino fundamental. Trabalhou durante anos na agricultura, juntamente com o marido de maneira braçal. Atualmente, trabalha como babá e doméstica, obtendo rendas não agrícolas, e deixou as atividades agrícolas no estabelecimento a cargo do seu marido e de seus filhos.

As participantes foram selecionadas por apresentarem trajetórias distintas de permanência e mobilidade, o que possibilitou a compreensão das múltiplas estratégias de resistência feminina no campo. O Quadro 2, sintetiza o perfil e a contribuição central de cada uma para o estudo de caso.

Quadro 2 – Comparativo dos perfis das entrevistadas

Característica	Entrevistada 1	Entrevistada 2	Entrevistada 3
Município de origem/residência	Goioxim/PR (reside no campo)	Foz do Jordão/PR (reside no campo e viaja para Lagoa Vermelha/RS)	Guarapuava/PR (reside no campo)
Trajatória de mobilidade	Migração e retorno qualificado	Migração e retorno qualificado (oscilação rural-urbana)	Permanência com saída simbólica
Nível de escolaridade/formação	Ensino superior/pedagogia	Ensino superior/administração e contabilidade	Não finalizou o ensino fundamental
Atividade principal (atual)	Exclusivamente atividades agrícolas	Agricultora e caminhoneira	Babá e doméstica (renda não agrícola)
Estratégia central de autonomia	Autonomia na gestão administrativa e trabalho no campo	Autonomia via domínio técnico no campo, liderança na gestão administrativa e do capital	Autonomia via pluriemprego (busca pelo salário)
Visibilidade do trabalho	Classifica o próprio trabalho como “ajuda” (internalização da lógica)	Reconhecida como “referência” na comunidade	Trabalho inicialmente primário invisibilizado e desvalorizado (falta de força)
Tipo de renda	Agrícola (exclusiva)	Agrícola e não agrícola	Não agrícola (exclusiva)

Fonte: elaborado pela autora a partir das entrevistas (2025).

Nesse processo de coleta das informações junto as três mulheres entrevistadas, vale destacar que as entrevistas foram gravadas e transcritas. O material, fruto da transcrição, foi analisado mediante análise do discurso. Segundo Orlandi (2009) essa abordagem teórica e metodológica investiga como os sentidos são produzidos, disseminados e interpretados através da linguagem em contextos históricos e sociais específicos. O discurso é uma "palavra em movimento", ou seja, uma prática de linguagem que vai além das estruturas abstratas da língua e das regras formais da gramática.

Na visão de Faria (2015) a análise do discurso concentra nas dinâmicas e modos de produção de sentido ao longo do tempo, considerando fatores externos ao sujeito. Não considera a língua apenas como um sistema abstrato, mas como algo que está intrinsecamente ligado à história e à ideologia, e seus sentidos são materializados na linguagem e são afetados pelo contexto histórico e pelas formações ideológicas.

A análise do discurso tem como objetivo entender os sentidos, ideologias, os contextos socioculturais e históricos subjacentes nas respostas dos entrevistados. Quando a pesquisa visa uma interpretação mais profunda e qualitativa, explora como os entrevistados constroem e expressam significados. A pesquisa se beneficia de uma abordagem mais flexível e interpretativa, capaz de capturar nuances e complexidades nas falas dos entrevistados (Caregnato; Mutti, 2006).

Ao conduzir uma pesquisa qualitativa, especialmente quando baseada em depoimentos e narrativas, como é o caso da História Oral de Vida, é essencial refletir criticamente sobre o método de análise a ser adotado. Com base em Caregnato e Mutti (2006), propõe-se aqui uma distinção entre os métodos da Análise do Discurso (AD) e da Análise de Conteúdo (AC), destacando-se a AD como abordagem mais adequada a esse campo por sua capacidade interpretativa e subjetiva.

A Análise de Conteúdo, conforme Bardin (2016), é uma técnica estruturada e sistemática de tratamento de dados textuais. Ainda que possa assumir características qualitativas, a AC costuma enfatizar a categorização e a quantificação, frequentemente operando com a frequência de palavras, temas ou expressões. Trata-se, como afirmam Caregnato e Mutti (2006), de um método eficaz para descrever conteúdos manifestos, mas que tende a se manter no nível da explicitação textual, limitando sua abordagem das entrelinhas, dos silêncios e das ambiguidades do discurso.

Por outro lado, a Análise do Discurso para Orlandi (2009), compreende o discurso como prática social atravessada por relações de poder, ideologia e historicidade. O foco está nos sentidos que se produzem na relação entre linguagem, sujeito e contexto, e não apenas no conteúdo literal. Na visão de Faria (2015) a análise do discurso concentra nas dinâmicas e modos de produção de sentido ao longo do tempo, considerando fatores externos ao sujeito.

Aliado ao emprego da AD, a presente pesquisa adota a História Oral de Vida como metodologia central, considerando-a não apenas como técnica complementar, mas como método estruturante da investigação. Santos e Araújo (2008) entendem que a história oral permite o acesso a narrativas e memórias que não se encontram em fontes documentais tradicionais, tornando-se essencial para dar visibilidade às vozes silenciadas, especialmente no contexto das mulheres rurais.

Essa distinção se torna ainda mais relevante ao trabalhar com a História Oral de Vida, campo que se baseia no relato subjetivo de experiências, memórias e

trajetórias individuais. Como enfatiza Thompson (2009), a história oral de vida valoriza o ponto de vista do narrador, construindo conhecimento a partir da experiência vivida e narrada, o que exige uma abordagem analítica que vá além da superfície do texto.

O uso da História Oral de vida nessa pesquisa busca, portanto, reconhecer e valorizar as experiências de vida das mulheres rurais, permitindo que suas trajetórias e memórias contribuam para a construção de uma história mais plural, democrática e sensível às desigualdades sociais e de gênero. Essa metodologia possibilita a escuta ativa de sujeitos que, por muito tempo, estiveram à margem da história oficial.

4 GÊNERO E MIGRAÇÃO FEMININA NO CAMPO

O capítulo 4, peça central do estudo, aborda sobre a desigualdade de gênero na agricultura familiar e sua influência a migração feminina do campo para as áreas urbanas. A partir do estudo de 3 casos em conexão com a literatura, discute o papel da mulher rural, a invisibilidade e desvalorização de seu trabalho, bem como os fatores que impulsionam sua saída em busca de autonomia, reconhecimento e melhores oportunidades.

Explora ainda as estratégias de resistência e empoderamento adotadas por essas mulheres, analisando suas experiências migratórias, os desafios enfrentados e os impactos sociais e econômicos desse processo. A pesquisa visa compreender como a migração pode ser, para muitas mulheres rurais, uma forma de ruptura com estruturas desiguais e uma oportunidade de transformação pessoal e coletiva.

O capítulo inicia com a seção 4.1 que trata sobre os fundamentos teóricos da desigualdade de gênero, a invisibilidade do trabalho feminino e a pluriatividade como fatores estruturais de migração no meio rural. E a seção 4.2 avança com a Análise do Estudo de Caso, a parte central do trabalho, que detalha as narrativas das três entrevistadas, contrastando suas experiências de migração e suas estratégias de "reexistência" (retorno com autonomia, busca por renda não agrícola) em oposição à desvalorização do trabalho na produção primária.

4.1 O contexto da região analisada

A compreensão da inserção das mulheres no espaço rural exige a análise dos dados do último Censo agropecuário da região estudada, uma vez que revelam tanto a participação efetiva das trabalhadoras quanto as persistentes desigualdades de gênero. Os dados do Censo Agropecuário 2017 permitem observar diferenças entre o cenário brasileiro, paranaense e os municípios de Guarapuava, Goioxim e Foz do Jordão, localidades de onde são oriundas as entrevistadas.

As informações apresentadas permitem averiguar sobre distribuição por sexo, faixa etária, vínculo com o produtor e tipo de contrato, evidenciando desigualdades de gênero e suas implicações no contexto rural. Essa costura é fundamental para compreender como as desigualdades de gênero se materializam nos espaços rurais,

situando a migração feminina nesse cenário. O ponto inicial busca observar a distribuição populacional ocupada, por sexo e faixa etária nos estabelecimentos agropecuários, conforme Tabela 1 e o Gráfico 1.

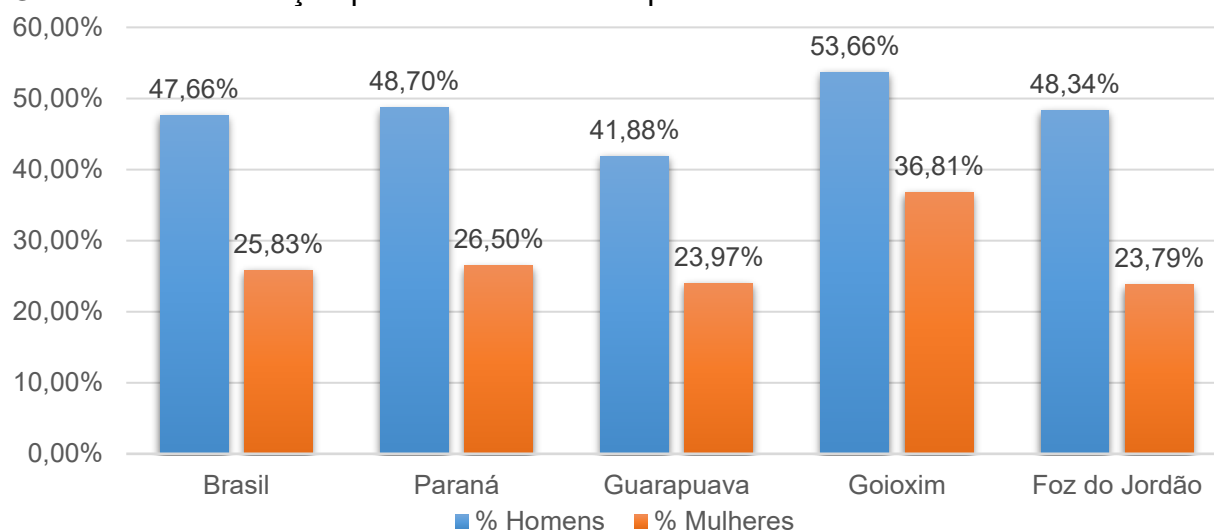
Tabela 1 – Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários, por sexo e faixa etária

Localidade	Total ocupados	Homens total	Homens menor 14	Homens 14 mais	Mulheres total	Mulheres menor 14	Mulheres 14 mais
Brasil	15105125	7199716	268132	6931584	3901817	236081	3665736
Paraná	846642	412322	9959	402363	224326	9550	214776
Guarapuava	6751	2827	59	2768	1618	140	1478
Goioxim	2415	1296	44	1252	889	27	862
Foz do Jordão	782	378	0	378	186	2	184

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do IBGE – Censo Agropecuário (2019).

O Censo revelou, Tabela 1, que a participação masculina ainda é predominante em todas as localidades analisadas. No Brasil, as mulheres representam cerca de 25,8% do total de ocupados, proporção semelhante à observada no Paraná (26,5%). Já nos municípios estudados, observa-se algumas variações, em Guarapuava, por exemplo, as mulheres correspondem a 24,0% da força de trabalho dos estabelecimentos, em Goioxim 36,8% e em Foz do Jordão 23,8%.

Gráfico 1 – Distribuição por sexo no total ocupados



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do IBGE – Censo Agropecuário (2019).

Complementar aos dados da Tabela 1, o Gráfico 1 ilustra visualmente essa distribuição percentual sobre pessoal ocupado, evidenciando o predomínio masculino em todos os recortes territoriais. Em Goioxim verifica-se percentual um pouco mais

elevado sobre a presença feminina, embora ainda inferior ao contingente masculino, fato que pode estar relacionado tanto a movimentos migratórios masculinos em busca de emprego urbano quanto à concentração de mulheres em atividades familiares de subsistência.

Os dados sobre pessoal ocupado e as diferenças de gênero dialogam com as análises de Paulilo (2009), que destacam a invisibilidade do trabalho feminino no campo, mesmo quando sua presença é significativa. Wanderley (1999) também chama atenção para o fato de que, apesar da ampla participação das mulheres nas atividades agropecuárias, elas frequentemente são identificadas como 'ajuda' e não como trabalhadoras plenas.

Os números, portanto, reforçam a tese de que a desigualdade de gênero está enraizada na divisão sexual do trabalho no espaço rural. Além desse fato, nota-se sobressai a quantidade de pessoas ocupadas com vínculos, reforçando a ideia e predominância de estabelecimentos familiares sob as demais formas, dados que podem ser observados na Tabela 2 e os Gráficos 2 e 3.

Tabela 2 – Pessoal ocupado segundo vínculo com o produtor e tipo de contrato

Localidade	Com laço	Sem laço	Permanentes	Temporários	Parceiros
Brasil	11101533	4003592	1926195	1891772	185625
Paraná	636648	209994	121068	79818	9108
Guarapuava	4445	2306	1822	428	56
Goioxim	2185	230	106	102	22
Foz do Jordão	564	218	152	49	17

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do IBGE – Censo Agropecuário (2019).

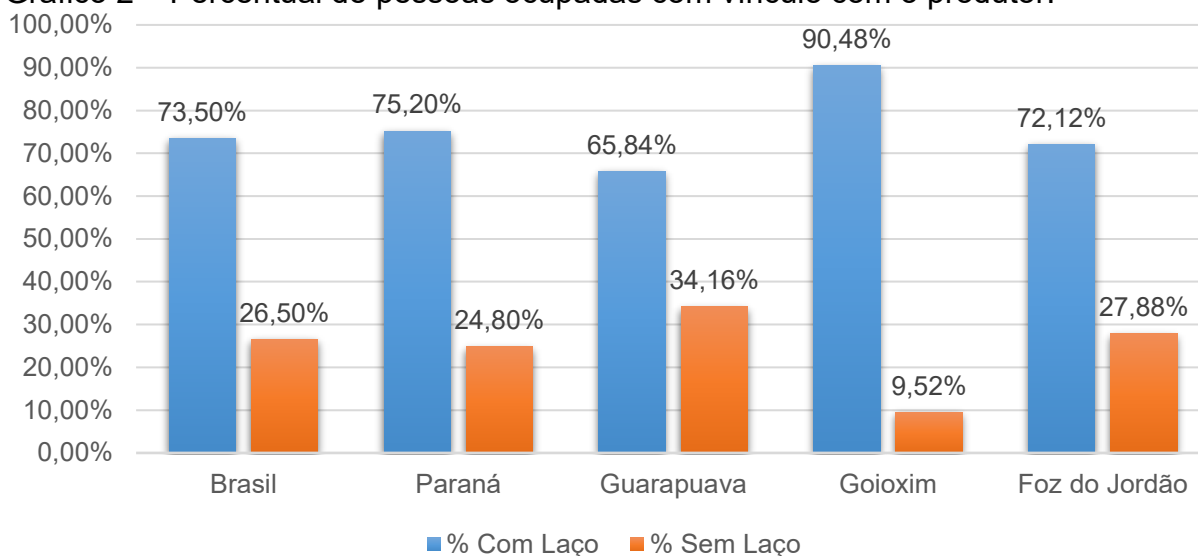
A maior parte da força de trabalho na agropecuária é composta por pessoas com laço de parentesco com o produtor. Os dados da Tabela 2 indicam que no Brasil, 73,5% dos ocupados estão nessa condição, no Paraná são 75,2%. Ao adentrar na região de estudo, em Guarapuava representam 65,8%, Goioxim, 90,5% e em Foz do Jordão, 72,1%.

A expressividade de casos de pessoal ocupado mantendo laços de parentesco com o chefe do estabelecimento confirmam a centralidade da agricultura familiar, é destaque para o município de Goioxim, onde a presença da mão de obra familiar é quase absoluta.

Em complemento aos dados da Tabela 2, o Gráfico 2 demonstra que, em todas os cenários avaliados, os trabalhadores com laço de parentesco constituem

percentual maior. Isso revela como a estrutura produtiva da agropecuária brasileira permanece baseada na família. Reforça a ideia aqui defendida, de que as mulheres estão inseridas nesse espaço, mas raramente são reconhecidas em posições de chefia, já que representam menos de 20% dos casos em que a chefe do estabelecimento é uma mulher.

Gráfico 2 – Percentual de pessoas ocupadas com vínculo com o produtor.

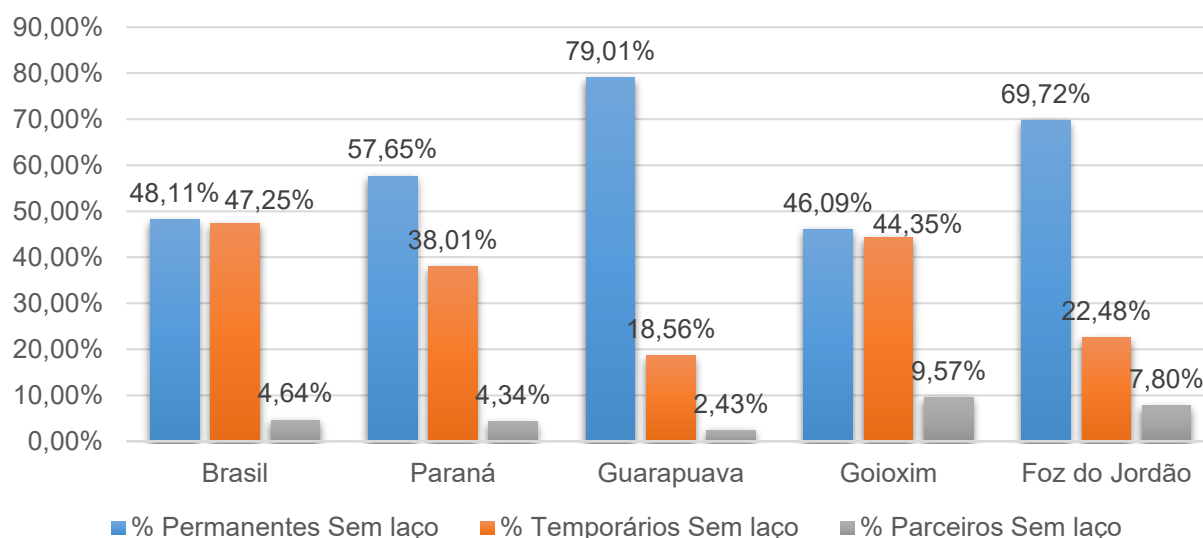


Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do IBGE – Censo Agropecuário (2019).

Wanderley (1999) destaca que a agricultura familiar no Brasil é sustentada justamente nesse modelo, no qual o trabalho das mulheres, dos filhos e de outros parentes constitui parte essencial da reprodução social e econômica das unidades de produção. Mesmo sendo essenciais, esse trabalho é muitas vezes naturalizado e invisibilizado na figura masculina do chefe, como salientam Federici (2017) e Paulilo (2009), sendo visto como extensão das responsabilidades domésticas atribuídas às mulheres.

Por outra via, conforme Gráfico 3 que detalha a composição dos trabalhadores sem laço de parentesco, existe um contingente de pessoal ocupado que não possui esse laço de parentesco com o chefe, sinalizando para estabelecimentos que assumem formas de unidades de produção agropecuária empresarial, mas também formas mais vulneráveis, como trabalhadores temporários e parceiros. No Brasil e em Goioxim, observa-se equilíbrio entre permanentes e temporários, enquanto no Paraná, Guarapuava e em Foz do Jordão há predominância de vínculos permanentes.

Gráfico 3 – Composição do trabalho sem laço de parentesco com o chefe do estabelecimento



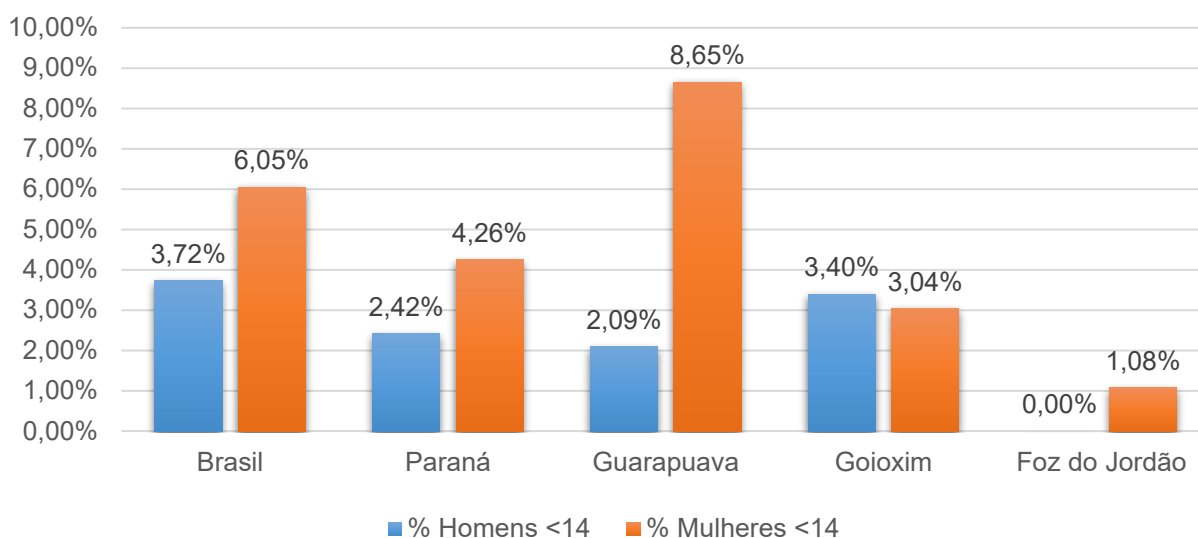
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do IBGE – Censo Agropecuário (2019).

Os percentuais mais elevados de trabalhadores permanentes sem laço, sobretudo no Paraná, Guarapuava e Foz do Jordão, indica certa formalização do trabalho assalariado, embora, como lembra Federici (2017), a precariedade continua a ser marca estrutural do trabalho feminino, frequentemente relegado às ocupações temporárias e de baixa remuneração. Os percentuais reduzidos de parceiros reforçam que essa modalidade de contrato tem pouca relevância nas localidades analisadas.

Ainda nesse olhar sobre o pessoal ocupado, em complemento aos dados da Tabela 1, o Gráfico 4 permite observar sobre a participação de menores de 14 anos no trabalho agropecuário. Embora os percentuais sejam baixos, sua existência aponta para a persistência de práticas de trabalho das crianças, em especial entre meninos. Esse dado precisa ser lido em diálogo com políticas públicas de erradicação do trabalho infantil e com a discussão sobre reprodução social no campo, tema abordado por Wanderley (1999), que destaca o papel da família como espaço de socialização e inserção precoce no trabalho agrícola.

Em todas as localidades analisadas, conforme dados do Censo agropecuário de 2017, a participação masculina no total de ocupados é superior à feminina, o que confirma a persistência de um viés de gênero na ocupação agrícola. Além disso, a maior presença de homens com vínculo de parentesco com o produtor sugere a continuidade de um modelo de sucessão familiar predominantemente masculino, conforme discutem Paulilo (2009) e Wanderley (1999).

Gráfico 4 – Participação de menores de 14 anos, por sexo



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do IBGE – Censo Agropecuário (2019).

Outro aspecto relevante é a presença de menores de 14 anos, ainda que em proporções reduzidas, indicando a persistência do trabalho infantil, especialmente entre meninos, o que contraria as diretrizes legais vigentes. A distribuição do trabalho sem laço de parentesco revela que a maioria está na categoria de trabalhadores permanentes ou temporários, com menor incidência de parceiros, o que dialoga com os estudos de Federici (2017) sobre a precarização e a informalidade no campo.

A comparação entre os níveis nacional, estadual e municipal permite perceber que, apesar de avanços, as desigualdades de gênero na agricultura permanecem estruturais, refletindo tanto na divisão sexual do trabalho quanto no acesso desigual a recursos e oportunidades. Avançando nesse olhar, a seção 4.2 busca aproximar a lente de análise e adentrar nas histórias de 3 mulheres, suas vivências e desafios enfrentados nos espaços rurais.

4.2 Experiências vivenciadas pelas mulheres nos espaços rurais, resistências e desafios

As vivências das três mulheres entrevistadas, revelam um universo marcado por contradições, lutas e reconstruções de sentido no cotidiano rural. Por meio de suas narrativas, observa-se que o campo é mais do que um espaço de produção econômica, é também um lugar de memória, afetividade e pertencimento.

As experiências relatadas traduzem o modo como o trabalho, a família e a identidade se entrelaçam na agricultura familiar, permitindo compreender como as desigualdades de gênero se manifestam e são, ao mesmo tempo, desafiadas. O estudo de caso revela que a migração e a permanência no campo são, em grande medida, respostas estratégicas à estrutura desigual de reconhecimento e poder.

As narrativas que se seguem são provenientes de três mulheres com trajetórias de vida distintas na agricultura familiar, mas unidas pela busca por autonomia em um contexto de desigualdade de gênero. A Entrevistada 1, do município de Goioxim/PR, representa o movimento de retorno ao campo. Após anos atuando fora do estabelecimento como professora em Guarapuava/PR, em uma jornada diária de 70 km para obter renda não agrícola, optou por retornar à propriedade em 2020 para suprir a carência de mão de obra. Hoje, ela se dedica exclusivamente às atividades agrícolas ao lado do esposo, conciliando o conhecimento técnico e a lida diária.

Já a Entrevistada 2, simboliza a oscilação entre os espaços rural e urbano. Nascida no campo, buscou oportunidades na cidade, onde se formou em Administração e Contabilidade, atuando em bancos e cooperativas. No entanto, sua ligação com a lavoura permaneceu, levando-a a se estabelecer como agricultora e caminhoneira, administrando duas propriedades e conciliando rendas agrícolas e não agrícolas.

Em contraste, a Entrevistada 3, residente no interior de Guarapuava/PR, evidencia a permanência no rural em face das limitações educacionais e profissionais. Sem ter finalizado o ensino fundamental, dedicou-se inicialmente ao trabalho braçal na agricultura com o marido. Atualmente, sua principal fonte de renda é não agrícola, atuando como babá e doméstica, o que a levou a transferir a responsabilidade direta pelas atividades agrícolas aos filhos e ao esposo.

As experiências das três entrevistadas, sejam elas de migração, de volta ou de permanência com busca por rendas alternativas, constituindo o que Wedig *et al.* (2021) chama de saída simbólica (permanência no rural, mas com dedicação a atividades/rendas externas) e saída física (reside fora do espaço rural em busca da renda externa), fornecem a base para a análise das estratégias de resistência e empoderamento feminino a seguir.

4.2.1 A divisão sexual do trabalho e a lógica da invisibilidade

O ponto de partida para a análise das narrativas reside na persistência da divisão sexual do trabalho, conforme conceitualizada por Hirata e Kergoat (2007). No contexto rural, essa divisão é sustentada por uma hierarquia simbólica que associa a força e a competência técnica ao masculino e o cuidado e as atividades reprodutivas ao feminino. As mulheres assumem responsabilidades domésticas, produtivas e afetivas (a tripla jornada), mas seu trabalho raramente é reconhecido como protagonista econômico.

Essa invisibilidade é resultado de uma naturalização histórica, que considera o trabalho masculino como “principal” e o feminino como “ajuda”. A Entrevistada 3, que enfrenta a sobrecarga de trabalho, expressa de modo sensível o peso desse acúmulo de funções e a desvalorização:

Acordo às 5h45 para a minha filha ir para a escola e já não paro mais: café, louça, roupa para lavar... Quando o marido chama para ajudar a engatar a carreta, eu largo tudo e vou. A gente trabalha junto, mas sempre acham que o trabalho deles vale mais. Dizem: “isso você não pode fazer, não tem força para isso” (ENTREVISTADA 3, 2025).

A fala citada, ecoa o que Federici (2017) chama de trabalho reprodutivo invisível, aquele que sustenta a vida e a economia, mas raramente é reconhecido. No contexto rural, essa desvalorização se intensifica porque o trabalho doméstico e o produtivo se misturam, e o esforço das mulheres é constantemente naturalizado apenas como ajuda. A entrevistada 3, não só realiza a maior parte do trabalho de cuidado (acordar cedo, casa, filhos) como também tem seu esforço físico na lavoura menosprezado pelo discurso patriarcal que o limita à falta de “força”.

O retorno da Entrevistada 1 ao campo no ano de 2020, foi motivado pela carência de mão de obra e pela necessidade de fortalecer a economia familiar. Sua decisão de deixar a profissão de professora demonstra uma escolha estratégica em prol da autonomia produtiva e financeira do estabelecimento, conforme ela própria explica:

Foi uma mudança pra mim, foi, foi muito boa, sabe? Pra mim, assim, porque daí eu, aqui, eu tô trabalhando no que é nosso, né? Estou ajudando pra nós aqui, né? Daí eu não tenho a preocupação de tá saindo, né, e gasto, tudo. Eu tô trabalhando pra nós mesmo, né, ajudando aqui. Pra mim, isso foi muito bom, muito bom mesmo (Entrevistada 1, 2025).

Apesar de reconhecer o valor da liberdade e do trabalho ser “para o que é nosso”, o discurso ainda revela a internalização da lógica patriarcal, pois ela utiliza o termo “ajudando” para classificar seu trabalho produtivo essencial. Paulilo (2009) argumenta que o termo “ajuda” tem servido historicamente para invisibilizar o trabalho feminino no campo, desvinculando-o do capital e da titularidade da propriedade.

Essa ausência de reconhecimento tem consequências diretas na autonomia feminina, especialmente na esfera financeira. A Entrevistada 3, relata que, na hora de vender os produtos ou discutir a compra de insumos, a palavra do marido era a que prevalecia. Para tentar romper com essa exclusão econômica e conquistar seu próprio dinheiro (seu “salário”), ela buscou o pluriemprego, atuando como babá e diarista, uma estratégia de resistência que revela a dimensão da insatisfação com a invisibilidade do seu trabalho primário, manifesta o que Wedig *et al.* (2021) caracteriza como uma saída simbólica dos corpos femininos em busca de reconhecimento do trabalho.

A exclusão do domínio técnico, como operar máquinas agrícolas, manejar insumos ou participar da negociação de *commodities*, não é meramente acidental. Ela é um mecanismo da divisão sexual do trabalho que, conforme postulado por Hirata e Kergoat (2007), confere maior valor simbólico e, conseqüentemente, maior poder de decisão, em relação às atividades realizadas pelos homens. A Entrevistada 3, vivencia a manifestação concreta desse poder quando o seu trabalho, apesar de exaustivo, não lhe confere voz nas decisões financeiras mais importantes do estabelecimento rural, conforme ela própria relata, ao discutir a divisão de tarefas:

Às vezes é valorizado, e tem vezes que não é também. Conforme é o trabalho que eles vão fazer no campo, às vezes você não pode fazer isso, você não tem força para fazer isso. Então isso aí já não é igual o trabalho deles. Eles, por serem homens, eles acham que eles podem mais que a gente na força, mas trabalhando os dois juntos é bem melhor. (ENTREVISTADA 3, 2025).

A persistente desvalorização do trabalho da mulher no campo, articulada pela ausência de controle sobre o capital gerado pela produção (a venda e a compra de insumos), força a mulher a buscar a emancipação econômica fora do núcleo produtivo principal. O pluriemprego apontado pela Entrevistada 3, como babá e diarista, torna-se, assim, uma estratégia de resistência para obter uma renda nominalmente sua, o “salário”, que não está sujeito à lógica da “ajuda” e, portanto, é integralmente

reconhecido como seu, embora a mantenha no ciclo de trabalhos reprodutivos e de cuidado, agora sob a forma assalariada.

O contraponto a essa desvalorização crônica é encontrado na narrativa da Entrevistada 2, na resistência pela gestão do capital e liderança, cuja trajetória é marcada pela busca por uma formação técnica (cursos superiores de contabilidade e administração) e pela aquisição formal do estatuto de proprietária. Ela não retorna ao campo para "ajudar", mas sim para liderar e administrar, um papel que exige o domínio de atividades historicamente masculinas (caminhoneira, manejo de máquinas agrícolas) e que garante sua posição como tomadora de decisões.

A experiência da Entrevistada 2, se traduz na conquista da visibilidade econômica e da autoridade. Ela compara a experiência de ser "empregada" na cidade, onde o salário é garantido, com a necessidade de ser a gestora e a responsável por gerar o capital no campo:

Na cidade eu trabalhei só como empregada... Na cidade você recebia o teu salário, aqui você tem que fazer o teu salário. (...) A responsabilidade cresce, o juízo vem... aqui no interior é... se eu não fizer, ninguém faz e não tem, acaba. Então aqui a responsabilidade é maior e você tem que trabalhar pra você tirar o teu sustento (ENTREVISTADA 2, 2025).

A fala da Entrevistada 2 reflete a superação da lógica da "ajuda" pela lógica da propriedade e gestão. Ela assume o papel de chefe familiar e tomadora de decisões: "Hoje sou eu quem toco a fazenda, né? Eu estou aqui sozinha, sou eu quem tomo as decisões". O que, na visão da própria entrevistada, se manifesta no reconhecimento da comunidade: "O pessoal pergunta para mim como eu faço as coisas... Hoje, sou referência, sim!".

O investimento em educação e a atuação em áreas historicamente masculinas demonstram um caminho de empoderamento que, embora não anule a desigualdade de gênero, funciona como uma estratégia eficaz de ruptura com a lógica da invisibilidade, alcançando o reconhecimento pleno no rural por meio do domínio do capital e da técnica.

As três trajetórias sintetizam a desigualdade e resistência, a Entrevistada 1 (internalização da invisibilidade no trabalho produtivo), a Entrevistada 3 (resistência ao pluriemprego para obter salário) e a Entrevistada 2 (superação da invisibilidade pela gestão do capital), ilustrando as múltiplas facetas da desigualdade de gênero na agricultura familiar.

A desvalorização do trabalho feminino não é um problema isolado, mas sim um reflexo da estrutura social patriarcal (Hirata; Kergoat, 2007) que se manifesta na desqualificação simbólica (Paulilo, 2009) e na sobrecarga física e temporal (Federici, 2017). A migração (e o retorno), a saída seja física ou simbólica (Wedig *et al.*, 2021), a busca por formação ou a atuação em rendas não agrícolas são, em essência, respostas estratégicas das mulheres para reivindicar a visibilidade, o reconhecimento e a autonomia que lhes são negados dentro da estrutura tradicional de produção. A desigualdade de gênero no campo é, portanto, o motor das estratégias de resistência feminina.

4.2.2 Autonomia, resistência e a reconstrução de identidades

Apesar da subordinação estrutural, as narrativas demonstram que a emigração e o retorno ao campo são atos políticos que buscam redefinir a identidade e a autonomia feminina. As entrevistadas não são sujeitas passivas, elas orquestram suas vidas em um constante movimento de reexistência, termo que Federici (2017) usa para descrever a luta diária pela preservação da vida e pelo reconhecimento.

A trajetória da Entrevistada 2, é o exemplo mais evidente dessa busca por autonomia. Após retornar ao campo para cuidar do pai, ela assumiu a propriedade e desafiou diretamente o estigma de incapacidade técnica e liderança. Ela relata a superação do preconceito: “Quando fiquei sozinha, falaram que eu não ia aguentar. Que mulher não sabe lidar com lavoura, que ia acabar perdendo tudo. Mas eu segui, aprendi, e hoje o pessoal vem aqui perguntar como eu faço.”

Ao reivindicar seu espaço e sua capacidade técnica, ela concretiza o que Scott (1995) compreende como a dimensão política do gênero, uma categoria que organiza as relações sociais de poder. Sua fala, “eu não podia me dar ao luxo de parar... aqui você tem que fazer o teu salário”, demonstra que a autonomia é conquistada por meio do engajamento direto e autônomo na produção econômica, rompendo com o padrão da subordinação feminina na gestão.

O domínio do conhecimento técnico, historicamente masculinizado, é crucial nesse processo. A Entrevistada 2, utilizou a tecnologia e a coletividade para superar a barreira técnica, mostrando um aprendizado ativo e performático:

Entre noção das coisas e fazer é um caminho bem longo, né... Meu pai sempre me ensinou a mexer com maquinário, só que assim, na prática é bem complicado, né. Aí usava muito YouTube [...] eu entrei nesses grupos de agricultura e pedia opinião, pedia como fazia e tal e fui indo... Mas hoje sou referência. (Entrevistada 2, 2025).

O ato de “seguir e aprender” e, posteriormente, se tornar “referência” é uma ação performativa no sentido descrito por Butler (2018): ao repetir e dominar gestos e conhecimentos tradicionalmente negados às mulheres. A Entrevistada 2, reconfigura as normas de gênero, desassociando a competência técnica do domínio masculino.

A Entrevistada 1, por sua vez, exemplifica a autonomia conquistada no retorno. Embora tenha trabalhado na cidade por anos, seu coração falou mais alto no campo, ela voltou, mas com um novo papel: “Hoje, a gente faz em conjunto. A gente conversa, a gente vê as vantagens e desvantagens.”

O trabalho na cidade (como professora) garantiu a ela o know-how administrativo e a segurança para reivindicar a gestão financeira ao retornar. O retorno ao campo não foi uma volta à subordinação, mas a consolidação de uma autonomia baseada na administração, que é reconhecida pelo esposo. O campo é, para ela, um território afetivo: “o coração sempre falou mais alto na agricultura.”

Esse sentimento de ligação com a terra revela o que Strathern (2006) denomina valor relacional do trabalho: mais do que produzir bens, o trabalho das mulheres cria vínculos com a natureza, com a família e com a comunidade. É uma forma de resistência simbólica e afetiva que dá sentido à permanência e à reexistência no campo.

Este contraste entre as duas entrevistadas (1 e 2) revela que a reconstrução da identidade feminina e a conquista da autonomia no meio rural não seguem um caminho único, mas dependem das oportunidades de capital, técnica e afeto que cada mulher consegue mobilizar. Enquanto ambas entrevistadas citadas, alcançam a autonomia dentro da gestão da propriedade (uma pela técnica e outra pela administração), a experiência da entrevistada 3 apresenta uma dimensão diferente da reexistência e da luta por visibilidade.

A Entrevistada 3, ao contrário das entrevistadas 1 e 2, não migrou para a cidade com o intuito de formação ou de trabalho assalariado para depois retornar como líder. Sua mobilidade se apresenta na forma de pluriemprego e trabalho de diarista na cidade, manifestada conforme Wedig *et al.*, (2021) pela saída simbólica de corpos

femininos dos espaços rurais, uma tática para obter o reconhecimento e o “salário” que seu trabalho na propriedade não lhe confere.

Ela reside no campo, mantendo a tripla jornada, mas usa a cidade como fonte de validação econômica. Essa busca incessante por renda é, para ela, o caminho da autonomia: “Na cidade com certeza tem mais trabalho do que no campo... como eu também faço, trabalho também de diarista duas, três vezes por semana, conforme o meu tempo ali que eu me organizo durante a semana.” (ENTREVISTADA 3, 2025).

A Entrevistada 3, portanto, não manifesta sua autonomia na liderança da propriedade, mas sim na ruptura econômica com a invisibilidade. Ao buscar o pluriemprego, ela está tentando construir uma identidade econômica autônoma, uma vez que o trabalho na propriedade está aprisionado à lógica da "ajuda" e da desvalorização física. Para Federici (2017), a reexistência não é apenas um ato de revolta, mas uma luta diária para preservar e reproduzir a própria vida fora dos parâmetros de exploração. O trabalho diário da entrevistada 3, em diferentes áreas, para garantir o seu "próprio dinheiro", é sua forma de reexistência no rural.

A luta por autonomia, portanto, assume diversas formas: pode ser a liderança técnica e gestão de capital, apresentada pela entrevistada 2; a gestão administrativa/pedagógica e por afeto, citada pela entrevistada 1, ou a ruptura econômica via pluriemprego da entrevistada 3, mas todas convergem para a mesma necessidade de reconfigurar a identidade feminina para além dos limites impostos pela divisão sexual do trabalho e pela invisibilidade da mulher no campo.

4.2.3 Redes de apoio e a estratégia da reexistência coletiva

As narrativas das entrevistadas evidenciam que a resistência não é apenas individual, ela é fortalecida por práticas de solidariedade e aprendizado coletivo, que rompem com o isolamento tradicionalmente imposto à mulher rural. As redes de apoio funcionam como espaços cruciais para a construção de novas referências de poder e pertencimento, articulando o que Hirata e Kergoat (2007) definem como mobilidade simbólica.

A Entrevistada 1, destaca o papel desses coletivos: “Participo de um projeto chamado ‘Potencializa Elas’, e já fiz vários cursos com outras mulheres. Isso ajuda muito na vida profissional e pessoal. A gente se fortalece, aprende, conversa, se apoia.”

Esses espaços de formação e troca, conforme Federici (2017), funcionam como zonas de resistência coletiva, onde o trabalho reprodutivo, historicamente desvalorizado, se converte em ação política e emancipatória. Ao compartilharem conhecimentos e apoiarem umas às outras, as mulheres constroem novas redes de cooperação, quebrando a lógica individualista e hierárquica da divisão sexual do trabalho. O reconhecimento da Entrevistada 2, como “referência” é um exemplo dessa solidariedade, pois outras pessoas “vêm como eu faço”, mostrando o reconhecimento coletivo de sua trajetória e a ampliação das possibilidades de liderança feminina.

Assim, o conjunto das narrativas revela que a resistência feminina na agricultura familiar assume várias formas: o retorno ao campo com maior poder de decisão (Entrevistada 1), a gestão autônoma da produção e o domínio técnico (Entrevistada 2), e a busca por rendas não agrícolas para obter independência financeira (Entrevistada 3). Em todas as trajetórias, há um elemento comum: a reexistência, que sintetiza o esforço de permanecer, resistir e transformar, mesmo diante das estruturas desiguais.

As vivências apresentadas mostram que as mulheres da agricultura familiar são agentes centrais na sustentação da vida rural. Suas trajetórias revelam que a desigualdade de gênero persiste, mas também que há fissuras e movimentos de transformação no interior dessa estrutura. O trabalho, o cuidado e o vínculo com a terra aparecem como elementos de identidade e de resistência, reafirmando que a permanência feminina no meio rural é também um ato político de transformação social e histórica.

4.2.4 Comparativo de casos e a influência da desvalorização

O debate aprofundado nas seções anteriores sobre a desigualdade de gênero e as formas de resistência permite uma análise comparativa dos três casos, fornecendo argumentos sólidos para validar a hipótese central desse estudo: mulheres agricultoras, em cenários de desvalorização, invisibilidade de seu trabalho e disparidades de gênero na agricultura familiar, são mais propensas à emigração como estratégia para alcançar independência, reconhecimento e melhores oportunidades.

A comparação entre as trajetórias das três entrevistadas, demonstra que a desvalorização não leva necessariamente à emigração física e permanente, mas sim

à mobilidade estratégica (seja física ou simbólica) em busca de reconhecimento e autonomia, confirmando a hipótese em suas múltiplas dimensões.

Em um comparativo da invisibilidade e a busca por renda, ao confrontar os casos, evidencia-se que as duas entrevistadas que buscaram a saída física do campo em algum momento de suas vidas (Entrevistada 1, para formação e trabalho como professora; entrevistada 2, para formação e trabalho em cooperativas e escritórios), realizaram em contextos em que a desvalorização do seu trabalho primário era mais aguda ou onde a ausência de oportunidades era completa.

A Entrevistada 3, (a qual permaneceu fisicamente) nunca saiu de forma definitiva, mas buscou a saída simbólica ao destinar seu esforço para o pluriemprego assalariado (babá/diarista). A motivação dessa mobilidade (o trabalho de diarista) é justamente a invisibilidade e a desvalorização do trabalho na propriedade, que não lhe rende salário ou poder de decisão. Seu caso é a prova de que a desvalorização impulsiona a mulher para a migração do esforço produtivo, mesmo que ela resida na propriedade.

As Entrevistadas 1 e 2, (que migraram e retornaram), ambas buscaram o mercado de trabalho formal ou a formação superior como rota de fuga de um futuro de desvalorização. O retorno de ambas ao campo só foi viável porque em ambos os casos perceberam uma necessidade (escassez de mão de obra e falta de gerenciamento da propriedade); e consolidou-se após elas adquirirem capital simbólico (educação/formação) e capital financeiro (renda) que lhes permitiram reivindicar uma nova posição de poder e gestão no estabelecimento, revertendo a lógica da invisibilidade na gestão do capital e da técnica.

O argumento-chave é que a invisibilidade do trabalho no campo é o motor da mobilidade feminina. O destino dessa mobilidade (o retorno com autonomia ou o pluriemprego) depende das oportunidades de capital e formação de cada mulher. Isso também é demonstrado a partir da integração das expressões corporais de desconforto no momento da aplicação das entrevistas.

A análise das expressões não verbais da Entrevistada 3, e registradas pela pesquisadora no momento das entrevistas é fundamental para reforçar o quão profundo é o impacto da desvalorização em sua identidade. Conforme registrado nas notas da pesquisadora, a experiência de invisibilidade é tão arraigada que se manifesta corporalmente.

Ao relatar a tripla jornada e a desvalorização de seu trabalho na lavoura "dizem que você não tem força para isso", nota-se sinais claros de desconforto e emoção contida ao relatar a ausência de valorização e reconhecimento do seu trabalho braçal, especialmente ao mencionar a limitação imposta pelos homens por falta de "força". Sua voz embargada, indica que a desvalorização é uma ferida aberta e constante em sua trajetória.

Essa nota de campo eleva a análise do desconforto da Entrevistada 3, ao relatar a exclusão da força, em comparação do que Hirata e Kergoat (2007) definem: a hierarquia simbólica da força masculina sobre o cuidado feminino é um mecanismo opressor que gera sofrimento e afeta a autoestima e a capacidade de autoidentificação da mulher como produtora. O silêncio e o desconforto dela são, conforme Butler (2018), uma manifestação da norma de gênero sendo imposta.

Em contraste, a Entrevistada 2 manifesta força e satisfação ao afirmar seu papel, mantendo o tom de voz firme e o contato visual direto ao falar sobre ser "referência" e sobre a conquista da autonomia, demonstrando domínio e satisfação. Sua postura corporal de líder reforçou o argumento de que a visibilidade foi plenamente conquistada.

A expressão corporal das entrevistadas, portanto, é a prova viva das consequências da desvalorização: gera sofrimento e motiva a busca por estratégias de empoderamento que, uma vez alcançadas, se manifestam em uma postura de domínio e autoridade.

O conjunto das narrativas comprova a hipótese de que a desigualdade de gênero (manifestada na invisibilidade e desvalorização) é o fator que impulsiona a mobilidade estratégica da mulher rural. Seja o retorno qualificado da Entrevistada 1, a liderança técnica da Entrevistada 2, ou o pluriemprego da Entrevistada 3, todas são estratégias de resistência para reivindicar autonomia, reconhecimento e dignidade fora da estrutura tradicional de subordinação. O estudo de caso demonstra que o enfrentamento à invisibilidade é a força motriz que reconfigura a identidade feminina no rural.

O comparativo entre as três trajetórias ilumina o cerne da hipótese. As duas mulheres que realizaram a migração física (Entrevistada 1 e 2) a fizeram em busca de capital simbólico e financeiro que lhes permitisse escapar da subordinação e garantir um retorno autônomo. Em contrapartida, a entrevistada que optou pela permanência física (Entrevistada 3), mas que teve sua contribuição mais desvalorizada (por ser

limitada ao trabalho braçal e de cuidado), foi forçada a criar uma saída simbólica através do pluriemprego, buscando o reconhecimento financeiro (salário) que o campo lhe negava.

Este panorama, sustentado pelas expressões de desconforto da Entrevistada 1 e 3, por viverem períodos de desvalorização em algum momento de suas vidas; e pela postura de domínio da Entrevistada 2, permite confirmar a hipótese central do estudo. A desvalorização e a invisibilidade do trabalho feminino são, de fato, os principais motores da mobilidade estratégica das mulheres, que migram (física ou simbolicamente) como uma estratégia proativa para conquistar autonomia e reconfigurar seu espaço de existência no rural.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente monografia teve como propósito compreender de que forma as desigualdades de gênero influenciam as trajetórias de vida e de emigração das mulheres no meio rural, bem como as estratégias que elas constroem para resistir e permanecer na agricultura familiar. Por meio da metodologia de História Oral de Vida, foi possível acessar narrativas profundamente marcadas pela experiência, pela memória e pelo pertencimento ao campo, espaços onde o trabalho, o afeto e a luta se entrelaçam.

As análises mostraram que as mulheres rurais seguem enfrentando desafios históricos de reconhecimento, divisão desigual do trabalho e invisibilidade social. No entanto, suas falas e ações revelam também a força de quem transforma o cotidiano em um ato de resistência. As entrevistadas desta pesquisa, agricultoras, mães e trabalhadoras, demonstraram que o campo não é apenas um lugar de produção, mas também um espaço de construção de identidades, solidariedades e esperanças.

Dessa forma, o objetivo geral do estudo foi integralmente cumprido, pois as vivências das três mulheres permitiram mapear e analisar a influência da desigualdade de gênero, da desvalorização e da invisibilidade do trabalho feminino sobre as decisões de mobilidade e a busca por autonomia, através de fatos como a busca por pluriemprego na cidade pela Entrevistada 3 e o retorno qualificado e com maior poder de decisão das Entrevistadas 1 e 2.

Em relação aos motivos para a emigração e busca por autonomia, a desvalorização do trabalho e a falta de oportunidades para crescimento profissional e financeiro foram os principais vetores de mobilidade. Quanto aos desafios enfrentados pelas que retornam e permanecem, o preconceito da comunidade, a exaustão da tripla jornada e a invisibilidade econômica foram as dificuldades centrais. Por fim, as estratégias de empoderamento e resistência adotadas, ficaram evidentes no investimento em capital simbólico e técnico e na busca por renda nominalmente feminina via pluriemprego, comprovando a variedade de táticas femininas para reconfigurar seu espaço de poder.

Neste sentido, os objetivos específicos também podem ser considerados cumpridos, onde: analisou-se a relação entre a desigualdade de gênero e a invisibilidade do trabalho feminino, o que foi evidenciado pelo uso do termo "ajuda"

pela Entrevistada 1 e pela exclusão da Entrevistada 3 do domínio da força na lavoura. Descreveu-se a situação de vida e trabalho das mulheres entrevistadas, detalhando a tripla jornada da Entrevistada 3 e a busca por renda não agrícola. E, por fim, identificou-se as estratégias de resistência, confirmadas pela busca por autonomia na gestão e capital e pelo recurso à mobilidade estratégica (retorno qualificado da Entrevistada 1 e 2; e pluriemprego da Entrevistada 3) como resposta à desvalorização.

Constatou-se que, embora persistam as hierarquias de gênero e a concentração de poder masculino nas decisões familiares e produtivas, as mulheres têm se afirmado como protagonistas de novas formas de organização e gestão. A partir de práticas de cooperação, aprendizado e partilha de saberes, elas ampliam sua autonomia e constroem redes de apoio que fortalecem tanto o trabalho quanto a autoestima e o sentido de pertencimento.

Em relação ao problema de pesquisa, o estudo confirma que a desigualdade de gênero na agricultura familiar (invisibilidade e desvalorização) é o fator central que impulsiona a mobilidade feminina em busca de autonomia e reconhecimento. Consequentemente, a hipótese principal, que postula que as mulheres são mais propensas à emigração (ou mobilidade estratégica) como forma de alcançar independência, pode ser comprovada como verdadeira.

Os resultados evidenciaram que as duas mulheres que migraram fisicamente (Entrevistadas 1 e 2) encontraram maior desvalorização inicial do que a que permaneceu (Entrevistada 3). Essa última, por sua vez, só encontrou reconhecimento financeiro por meio da "saída simbólica" (o pluriemprego), reafirmando que a mobilidade é uma resposta direta à estrutura desigual do trabalho no campo.

A análise dos dados quantitativos (cenário do estudo) e qualitativos (entrevistas) confirma que a migração feminina não é apenas um deslocamento geográfico, mas também simbólico. Muitas mulheres deixam o campo em busca de condições mais justas de vida e de reconhecimento; outras, no entanto, reinventam sua presença e constroem caminhos de permanência a partir do enfrentamento das desigualdades. Ambas as trajetórias evidenciam um movimento político e existencial de busca por dignidade e liberdade.

Nesse contexto, a agricultura familiar surge como espaço de tensões, mas também de possibilidades. É ali que as mulheres afirmam sua força produtiva e simbólica, reconfigurando o sentido do trabalho e da resistência. Conforme destacam autoras como Paulilo (2009), Federici (2017), Strathern (2006) e Scott (1995),

compreender o papel das mulheres no campo exige reconhecer o gênero como uma categoria de poder e de disputa, onde é justamente nessa disputa que elas constroem suas histórias e garantem a continuidade da vida rural.

Assim, as reflexões apresentadas nesse estudo permitem concluir que a permanência feminina no campo é, acima de tudo, um ato político de “reexistência”. É uma resistência silenciosa e cotidiana, que se expressa no cuidado com a terra, na gestão dos espaços produtivos e na transmissão dos saberes entre gerações. As mulheres do campo resistem, transformam e florescem, mesmo em contextos adversos, reafirmando que a verdadeira força da agricultura familiar está nas mãos que plantam, cuidam e sonham.

Por fim, espera-se que essa pesquisa contribua para o debate sobre a importância das mulheres na agricultura familiar e para a formulação de políticas públicas que valorizem seu trabalho, sua autonomia e sua presença no campo. Que o reconhecimento dessas vozes inspire novas formas de olhar para o meio rural, não apenas como um espaço de produção, mas como um território de vida, memória e justiça social.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **De Camponeses a Agricultores: paradigmas de capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 1990. 200 p.

AIRES, A. M.; SALAMONI, J. Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural. In: MÜLLER, C. H.; SILVA, M. L. (Org.). **Agricultura Familiar Brasileira: desafios e Perspectivas de Futuro**. Brasília: NEAD/MDA, 2013. p. 119-138.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016. Disponível em: <https://madmunifacs.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado-laurence-bardin.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2025.

BLAD, Marta. Pluriatividade das famílias de agricultores – velho fenômeno em novos tempos. In: SILVA, Carolina Braz de Castilho; SCHNEIDER, Sergio; MENEZES, Marilda. (Org.). **Gênero e Geração em Contextos Rurais**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jul. 2006.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, v.12, n. 1, p. 205-227, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/issue/view/338>. Acesso em: 22 jul. 2024.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2651?mode=full>. Acesso em: 22 jul. 2024.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 15, n. 4, 2006. DOI: 10.1590/S0104-07072006000400017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17>. Acesso em: 27 jul. 2024.

CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, Revista Semestral, n. 8, p. 70-82, 1997. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/106>. Acesso em: 27 jun. 2024.

COSTA, Edimare Ribeiro; DIAS, Acácia Batista. As relações de gênero na política nacional de assistência técnica e extensão rural: uma análise a partir da equipe

técnica. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 51-72, 2021. DOI: 10.9771/cgd.v7i2.37629. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/37629>. Acesso em: 19 jul. 2024.

DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura_Familiar.pdf. Acesso em: 19 mai. 2024.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1995.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/> Acesso em: 13 mai. 2024.

DINIZ, Ellen Rúbia. **Agricultor Familiar**. 1. ed. [S.l.]: IFPR - Instituto Federal do Paraná, 2012. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/pronatec/wp-content/uploads/sites/46/2012/07/af.pdf>. Acesso em: 25 out. 2025.

FARIA, José Henrique de. Análise de discurso em estudos organizacionais: as concepções de Pêcheux e Bakhtin. **Teoria e prática em administração**, v. 5, n. 2, p. 51-71, 2015. DOI: 10.21714/2238-104X2015v5i2-26399. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/tpa/article/view/26399>. Acesso em: 27 jul. 2024.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, p. 464, 2017. Disponível em: https://coletivoscorax.org/wp-content/uploads/2019/09/CALIBA_E_A_BRUXA_WEB-1.pdf. Acesso em: 22 jul. 2024.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FRIEDMANN, Harriet. Simple Commodity Production and Wage Labour in the American Plains. **Comparative Studies in Society and History**, v. 20, n. 1, p. 77-109, jan. 1978.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo. Editora Atlas: 2008.

HEILBORN, Maria Luiza; ARAÚJO, Leila; BARRETO, Andreia. **Gestão de políticas públicas em gênero e raça**. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010. Disponível em: <https://nacomsisal.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/03/gestc3a3o-de-polc3adticas-pc3bablicas-em-gc3aanero-e-rac3a7a.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2024.

HIRATA, Helena. Flexibilidade, trabalho e gênero. *In*: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (Org.) **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: Senac, 2007.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, [S.L.], v. 37, n. 132, p. 595-609, dez. 2007. DOI: 10.1590/s0100-15742007000300005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0100-15742007000300005>. Acesso em: 14 mai. 2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/goioxim/pesquisa/24/76693?localidade1=410940&localidade2=41>. Acesso em: 1 ago. 2025

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/produtores.html. Acesso em: 1 ago. 2025.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: divulgação especial, mulheres no mercado de trabalho**. 2018. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Estudos_especiais/Mulheres_no_Mercado_de_Trabalho_2018.pdf. Acesso em: 07 mai. 2024.

LOUGHEREY, Jason et al. O papel da pluriatividade em sair da fazenda e do trabalho de fornecimento de decisões. **Documento de Trabalho Análise Comparativa do Fator Mercados da Agricultura nos Estados-Membros**, n. 67, ago. 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Movimento das mulheres agricultoras e os muitos sentidos da “igualdade de gênero”. In: Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros, Maria Ignez Silveira Paulilo (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**, v. 2: a diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, p. 179-201, 2009. Disponível em: https://nmspp.net.br/arquivos/para_leitura/historia_social_do_campesinato/Lutas%20camponesas%20contemporaneas%20-%20condicoes%20dilemas%20e%20conquistas%20-

%20A%20diversidade%20das%20formas%20das%20lutas%20no%20campo%20-%20vol%202.pdf. Acesso em: 22 jul. 2024.

PISCITELLI, Adriana. **Gênero**: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José. (Org.). *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, p. 118-146, 2009. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=3753885&forceview=1>. Acesso em: 22 jul. 2024.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, 2008. DOI: 10.5216/sec.v11i2.5247. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/5247>. Acesso em: 22 jul. 2024.

PLOEG, Jan Douwe van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, Sergio; LEITE, Sérgio Pereira. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

PRIORE, Silvia Eloíza; TRIVELLATO, Paula Torres; LOPES, Sílvia Oliveira; ASSIS, Silmara Christina Rodrigues de; COSTA, Bianca Aparecida Lima; FRANCESCHINI, Sylvia do Carmo Castro; SANTOS, Ricardo Henrique Silva. **Comercialização da agricultura familiar no desenvolvimento da segurança alimentar e nutricional**. Viçosa, MG: IPPDS, UFV, 2021. Disponível em: <https://bibliotecasemiarios.ufv.br/jspui/handle/123456789/420>. Acesso em: 14 mai. 2024.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROHDEN, Fabíola. **Uma ciência da diferença**: sexo e gênero na medicina da mulher. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/8m665/pdf/rohdn-9788575413999.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2024.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Ontogênese e Filogênese do Gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. **FLACSO – Brasil**, p. 44, 2009. Disponível em: https://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/Heleieth_Saffioti.pdf. Acesso em: 14 mai. 2024.

SANTOS, Sônia Maria dos; ARAÚJO, Osmar Ribeiro de. **História Oral**: Vozes, Narrativas e Textos. *Cadernos de História da Educação*, [S. l.], v. 6, 2008. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/282>. Acesso em: 1 mai. 2025.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 273 p.

SCHNEIDER, Sergio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 74, p. 27-49, out. 2010. Disponível em:

<https://www.ppgaa.propesp.ufpa.br/pdfs/prosel2020/MAFDS/M4.pdf>. Acesso em: 25 out. 2025.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. A participação da mulher na luta pela terra: dilemas e conquistas. *In*: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (orgs.). **Lutas Camponesas Contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**, 2. ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, p. 203-221, 2009. Disponível em: <https://editoraunesp.com.br/catalogo/9788571399488,lutas-camponesas-contemporaneas-condicoes-dilemas-e-conquistas-vol-i> . Acesso em: 22 jul. 2024.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. 2. ed. Recife: Gênero e Cidadania, 1995.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres agricultoras e a construção dos movimentos agroecológicos no Brasil. *In*: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo. (Org.) **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, p. 329-343, 2013. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2013/06/mulheres_camponesas_11.pdf. Acesso em: 22 jul. 2024.

SILVA, Carolina Braz de Castilho; SCHNEIDER, Sergio. **Gênero, trabalho rural e pluriatividade**. *In*: SCOTT, Parry; CORDEIRO; Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.) **Gênero e Geração em Contextos Rurais**. Florianópolis/SC, ed. Mulheres, p. 183-207, 2010. Disponível em: <https://biblioteca.unisced.edu.mz/handle/123456789/2477>. Acesso em: 14 mai. 2024

SOUZA, Angélica Silva; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. A Pesquisa Bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/download/2336/1441>. Acesso em: 07 jun. 2024.

STÉDILE, João Pedro (Org.). **A Questão Agrária no Brasil: o debate e a luta em 2009**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 392 p.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva: problemas com mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2006. Disponível em: https://loja.editoraunicamp.com.br/DynamicItems/Catalog/50dd7816-17c4-4393-8641-eddfb0c470ba5fffd45f-e779-4095-aa16-0e0a166f787eO_g%C3%AAnero_da_d%C3%A1diva_-_20pp_W65_W65.pdf. Acesso em: 22 jul. 2024.

THOMPSON, Paul. **História oral e contemporaneidade**. História Oral, [S. l.], v. 5, 2009. DOI: 10.51880/ho.v5i0.47. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/47>. Acesso em: 1 maio. 2025.

VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec, 1991.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2001.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato Brasileiro. *In*: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura Familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, p. 23-56, 1999. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tesdeserver/api/core/bitstreams/91a58750-7b04-4f58-8e0a-70f987916451/content>. Acesso em: 07 jun. 2024.

WEBER, Florence. Trabalho fora do trabalho: uma etnografia das percepções. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 17, n. 33, p. 13-33, out. 2009.

WEDIG, Josiane Carine; TERNOSKI, Simão; PERONDI, Miguel Angelo; KIYOTA, Norma. Movimentos de Emigração de Mulheres Rurais em Itapejara d'Oeste/PR: enfrentando relações de poder patriarcais. **Redes**, [S. l.], v. 26, 2021. DOI: 10.17058/redes.v26i0.15021. Disponível em: <https://seer.unisc.br/index.php/redes/article/view/15021>. Acesso em: 3 nov. 2025.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina; SANTOS, Miriam de Oliveira. Colonas italianas no Sul do Brasil: estigma e identidade. *In*: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo. (Org.) **Mulheres Camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, p. 89-106, 2013. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2013/06/mulheres_camponesas_11.pdf. Acesso em: 22 jul. 2024.

APÊNDICE

Apêndice A – Questionário sobre as experiências de migração e os impactos das decisões na vida das mulheres

1. Perguntas Abertas

Este tipo de questionário permite que a entrevistada responda livremente, oferecendo uma visão detalhada e pessoal.

1.1 Conte-me sobre sua experiência ao migrar do campo para a cidade.

Houve alteração facial: () sim () não

Registro da pesquisadora: _____

Houve mudança de comportamento: () sim () não

Registro da pesquisadora: _____

Houve mudança tonalidade vocal: () sim () não

Registro da pesquisadora: _____

1.2 Quais foram os maiores desafios que você enfrentou durante esse processo?

Houve alteração facial: () sim () não

Registro da pesquisadora: _____

Houve mudança de comportamento: () sim () não

Registro da pesquisadora: _____

Houve mudança tonalidade vocal: () sim () não

Registro da pesquisadora: _____

1.3 Como a mudança impactou sua vida e a de sua família?

Houve alteração facial: () sim () não

Registro da pesquisadora: _____

Houve mudança de comportamento: () sim () não

Registro da pesquisadora: _____

Houve mudança tonalidade vocal: () sim () não

Registro da pesquisadora: _____

1.4 Quais foram as principais razões que a levaram a deixar o campo?

Houve alteração facial: () sim () não

Registro da pesquisadora: _____

Houve mudança de comportamento: () sim () não

Registro da pesquisadora: _____

Houve mudança tonalidade vocal: () sim () não

Registro da pesquisadora: _____

1.5 Como você vê as oportunidades de trabalho e educação na cidade em comparação com o campo?

Houve alteração facial: () sim () não

Registro da pesquisadora: _____

Houve mudança de comportamento: () sim () não

Registro da pesquisadora: _____

Houve mudança tonalidade vocal: () sim () não

Registro da pesquisadora: _____

1.6 O que fez você ir para cidade e retornar para o campo?

Houve alteração facial: () sim () não

Registro da pesquisadora: _____

Houve mudança de comportamento: () sim () não

Registro da pesquisadora: _____

Houve mudança tonalidade vocal: () sim () não

Registro da pesquisadora: _____

1.7 Quando residia ou se reside no campo ainda, como é a relação no núcleo familiar em relação as suas funções, sente que seu trabalho é igualmente valorizado em relação ao trabalho do chefe familiar?

Houve alteração facial: () sim () não

Registro da pesquisadora: _____

Houve mudança de comportamento: () sim () não

Registro da pesquisadora: _____

Houve mudança tonalidade vocal: () sim () não

Registro da pesquisadora: _____

1.7.1 Se sim, na resposta anterior, esse foi um fato que te levou a emigrar?**Explique.**

Houve alteração facial: () sim () não

Registro da pesquisadora: _____

Houve mudança de comportamento: () sim () não

Registro da pesquisadora: _____

Houve mudança tonalidade vocal: () sim () não

Registro da pesquisadora: _____

1.8 Quem toma as decisões no âmbito do estabelecimento, somente o homem, somente a mulher ou ambos?

Houve alteração facial: () sim () não

Registro da pesquisadora: _____

Houve mudança de comportamento: () sim () não

Registro da pesquisadora: _____

Houve mudança tonalidade vocal: () sim () não

Registro da pesquisadora: _____

2. Entrevista Semiestruturada

Este tipo de questionário tem um roteiro básico, mas permite flexibilidade para aprofundar certos tópicos.

Questões comuns a todas as entrevistadas

2.1. Como você descreveria seu papel como mulher na agricultura familiar?

Pode contar um pouco sobre sua rotina, suas responsabilidades e como esse trabalho é reconhecido pela sua família e pela comunidade?

2.2. Você sente que o seu trabalho é valorizado?

Tanto dentro da família quanto fora dela, na comunidade ou nas políticas públicas?

2.3. Como é a divisão do trabalho entre homens e mulheres na sua família ou no seu entorno?

Você percebe diferenças na forma como homens e mulheres são tratados ou reconhecidos?

2.4. Já se sentiu invisibilizada ou desvalorizada por ser mulher no meio rural?

Pode relatar alguma situação em que isso tenha acontecido?

2.5. Que mudanças você percebe ao longo do tempo em relação à posição das mulheres na agricultura familiar?

Você acha que houve avanços? Quais ainda são os maiores desafios?

2.6. Você participa ou já participou de associações, grupos de mulheres ou movimentos sociais?

Esses espaços contribuíram de alguma forma para sua vida pessoal ou profissional?

2.7. Quais são seus sonhos ou expectativas para o futuro, como mulher agricultora?**Questões específicas para mulheres que migraram para a cidade e retornaram ao campo****2.8. Quais foram os principais motivos que a levaram a sair do campo?**

Pode falar um pouco mais sobre essas razões?

2.9. Como foi sua chegada à cidade?

Quais desafios enfrentou nesse novo ambiente?

2.10. Que tipo de trabalho ou estudo você realizou na cidade?

Essas experiências atenderam suas expectativas?

2.11. Em algum momento sentiu que sua condição de mulher dificultou sua adaptação ou acesso a oportunidades na cidade?

Quais foram os principais fatores que pesaram nessa decisão?

2.12. O que motivou seu retorno ao campo?

Quais foram os principais fatores que pesaram nessa decisão?

2.13. Como você compara sua experiência como mulher trabalhadora no campo e na cidade?

Houve diferenças em termos de reconhecimento, autonomia ou valorização?

Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Prezado(a) Colaborador(a), você está sendo convidado(a) a participar do seguinte estudo:

Título da pesquisa: DESIGUALDADE DE GÊNERO E MIGRAÇÃO FEMININA NO CAMPO: desafios e estratégias de resistência na agricultura familiar;

Pesquisador responsável: Ana Lourena Dos Santos Ribas;

Instituição a que pertence o pesquisador responsável: Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO;

Local de realização do estudo/coleta de dados: Foz do Jordão – PR, Goioxim – PR e Guarapuava – PR.

- Leia cuidadosamente o que se segue e pergunte ao pesquisador sobre qualquer dúvida que você tiver.
- Caso se sinta esclarecido (a) sobre as informações que estão neste Termo e aceite fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, em duas vias, sendo uma via sua e a outra do pesquisador responsável pela pesquisa.
- Saiba que você tem total direito de não querer participar.

1. OBJETIVO DA PESQUISA: o objetivo geral busca investigar como a desigualdade de gênero e a respectiva desvalorização e invisibilidade do trabalho feminino na agricultura influenciam a emigração das mulheres em busca de autonomia e melhores oportunidades.

2. PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA: Sua participação na pesquisa acontecerá por meio de uma **entrevista individual**, em que você será convidada a contar sobre sua vida, suas experiências de trabalho no campo (e, se for o caso, também na cidade), os desafios que enfrentou e as estratégias que usou para superar essas dificuldades. A entrevista será feita em local e horário combinados com você, de forma respeitosa e segura. Ela poderá ser **gravada em áudio**, com sua autorização, para que

possamos registrar com mais precisão o que for falado, mas, se você preferir, podemos apenas anotar suas respostas.

Você poderá **interromper a entrevista a qualquer momento**, sem precisar justificar sua decisão, e **não é obrigada a responder** nenhuma pergunta com a qual não se sentir confortável. Também poderá **escolher não participar da pesquisa**, ou **retirar sua participação mesmo depois de iniciada**, sem nenhum prejuízo. A identidade de todas as participantes será mantida **em sigilo absoluto**, e nenhuma informação pessoal será divulgada.

Se você aceitar participar da pesquisa, será convidada a **conversar com a pesquisadora em uma entrevista individual**, em dia e horário combinados com você, de forma tranquila e respeitosa. Durante a entrevista, você será convidada a contar um pouco da sua história de vida, especialmente sobre sua experiência como mulher no campo, seu trabalho, suas dificuldades, e se for o caso sua saída para a cidade e/ou seu retorno.

A entrevista **será gravada em áudio**, mas **apenas com sua autorização**, para que as informações possam ser registradas com mais precisão. Se você **não quiser ser gravada**, poderá apenas responder oralmente, e a pesquisadora anotarás suas falas. Você **não precisa responder a nenhuma pergunta que não quiser**, e poderá **interromper a entrevista a qualquer momento**, sem precisar explicar o motivo.

Não há nenhuma obrigação de participação e não haverá prejuízo se decidir não participar ou desistir depois. Toda a sua identidade será mantida **em sigilo**, e o conteúdo será usado apenas para fins acadêmicos, de forma respeitosa.

Não existem riscos à saúde física ou emocional, mas se em algum momento você se sentir desconfortável com alguma pergunta, poderá avisar para que ela seja reformulada ou ignorada. O principal benefício da sua participação é contribuir para que mais pessoas conheçam as histórias, lutas e conquistas das mulheres do campo.

Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, tendo você a liberdade de recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, e exigir a retirada de sua participação da pesquisa sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa.

3. LOCAL DA PESQUISA: As entrevistas serão realizadas em local previamente combinado com a participante, de comum acordo entre ela e a pesquisadora, garantindo privacidade, conforto e segurança. O tempo estimado para a entrevista é de aproximadamente 3 horas.

4. RISCOS E DESCONFORTOS: Durante a pesquisa, será realizada uma entrevista individual com cada participante, com perguntas sobre sua trajetória de vida no campo e/ou na cidade, seu trabalho, os desafios enfrentados e as estratégias utilizadas para lidar com essas situações. A entrevista será conduzida em um local previamente combinado com a participante, e poderá ser gravada em áudio, com autorização expressa da entrevistada. Caso a participante prefira, a gravação poderá ser substituída por anotações feitas pela pesquisadora.

Embora a entrevista trate de vivências cotidianas e não envolva nenhum tipo de experimento físico ou uso de medicamentos, podem existir alguns riscos emocionais e sociais, como:

- Desconforto emocional ao relembrar momentos difíceis ou delicados da vida;
- Exposição de informações pessoais que, se não forem bem protegidas, poderiam levar à identificação da participante ou ao constrangimento social;
- Divulgação acidental de identidade, mesmo sem intenção.

Para minimizar esses riscos, serão adotadas as seguintes medidas de proteção:

- Sigilo total da identidade: os nomes reais das participantes não serão divulgados, e qualquer informação que possa identificar a pessoa será trocada por um pseudônimo (nome fictício);
- As gravações em áudio serão armazenadas em ambiente seguro, com acesso restrito apenas à pesquisadora, e serão excluídas após a transcrição das entrevistas;
- A participante poderá interromper a entrevista a qualquer momento ou se recusar a responder qualquer pergunta, sem necessidade de justificativa;
- Será garantido um ambiente acolhedor e respeitoso, onde a participante se sinta segura para compartilhar suas experiências, sem julgamentos.

Se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente da participação no estudo, tem direito a assistência integral, imediata e gratuita (responsabilidade dos pesquisadores) e, também tem direito a pleitear indenização, segundo as determinações do Código Civil (Lei nº 10.406 de 2002) e das Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, caso sinta que houve qualquer tipo de abuso por parte dos pesquisadores.

5. BENEFÍCIOS: A participação nesta pesquisa **não trará benefícios financeiros ou materiais diretos** para a participante. No entanto, ela poderá se sentir valorizada por ter sua história ouvida, reconhecida e registrada como parte de uma pesquisa que busca dar visibilidade às mulheres do campo. Compartilhar sua experiência pode ser uma forma de **reflexão pessoal, fortalecimento e reconhecimento de sua própria trajetória**.

Além disso, a pesquisa poderá trazer **benefícios indiretos para a comunidade rural e para outras mulheres** que enfrentam situações semelhantes. Os resultados ajudarão a ampliar o debate sobre a **desigualdade de gênero, a valorização do trabalho feminino na agricultura e os desafios da migração**, podendo servir de base para a formulação de políticas públicas mais sensíveis às realidades das mulheres do campo.

Assim, espera-se que a pesquisa contribua para a construção de uma sociedade mais justa, onde o papel da mulher agricultora seja mais reconhecido e respeitado.

6. CONFIDENCIALIDADE: Todas as informações que o(a) Sr.(a) nos fornecer ou que sejam conseguidas por avaliação do entrevistador serão utilizadas somente para esta pesquisa. Suas respostas, dados pessoais, imagem, ficarão em segredo e o seu nome não aparecerá em lugar nenhum dos(as) (questionários, gravações, fichas de avaliação etc.) Quando os resultados da pesquisa forem divulgados, isto ocorrerá sob forma codificada, para preservar seu nome e manter sua confidencialidade.

7. DESPESAS/RESSARCIMENTO: Os custos do projeto são de responsabilidade do pesquisador. O colaborador/participante não receberá qualquer valor em dinheiro pela sua participação e as despesas necessárias para a realização da pesquisa não são de sua responsabilidade.

8. MATERIAIS: O material obtido, (questionários, gravações de áudio, imagens e vídeos) será utilizado unicamente para essa pesquisa e será mantido em arquivo pelo prazo legal de 5 anos, podendo então ser descartado.

Caso você tenha mais dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos, pode nos contatar nos endereços a seguir ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da UNICENTRO, cujo endereço consta deste documento.


O Comitê de Ética, de acordo com a Resolução 466/2012-CNS-MS, é um colegiado interdisciplinar e independente, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses de participantes de pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos. Para garantir os padrões éticos da pesquisa, os tópicos anteriores concedem requisitos mínimos para manter sua integridade e dignidade na pesquisa.

* Como segurança jurídica, este termo deverá ser preenchido em **duas vias** de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você.

* Além da **assinatura** nos campos específicos pelo pesquisador e por você, solicitamos que sejam **rubricadas todas as folhas** deste documento.

* Você poderá entrar em contato com o/a pesquisador/a responsável ou o Comitê de Ética em Pesquisa (COMEP/UNICENTRO), através das informações, endereços e telefones contidos abaixo.

MEIOS DE CONTATO

	PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL
---	----------------------------

- Qualquer dúvida com relação à pesquisa, pedimos a gentileza de entrar em contato com _____, pesquisador (a) responsável pela pesquisa,

Nome (pesquisador responsável): _____

Endereço:

Telefone: ()

Telefone para recado: ()

E-mail:

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

Eu, _____, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e concordo em participar VOLUNTARIAMENTE do projeto de pesquisa, conforme descrito.

Eu, _____, pesquisador (a) responsável, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa acima descrito.

Assinatura do participante de pesquisa ou responsável legal

Assinatura do pesquisador responsável

_____, ____/____/____
Local e Data